



EM TEMPO!

QUINZENÁRIO NACIONAL • ANO III • Nº 118 • 6 A 19 DE NOVEMBRO DE 1980 • Cr\$ 30,00

Este número tem muita

safanagem

1 Cinema pornô confinado às "salas especiais" Pags. 10 e 11

2 Inflação pode chegar a 150% no próximo ano Pag. 5

3 Dívida externa atingirá US\$ 55 bilhões em 80 Pag. 6

4 João enfrenta excomunhão e expulsa o padre Pag. 2

5 Exportação dará sumiço definitivo no feijão Pag. 6

6 General quer levar negros ao pelourinho Pag. 18

7 PCI conchava e esvazia greve da FIAT Pag. 14

8 Francelino bota pano quente no terror Pag. 2

Estado x Igreja

Assim, João, você não ganha santinho

Há pouco mais de dois meses da visita do Papa ao Brasil, o Governo coordena um ataque profundo e sistemático às correntes progressistas do clero brasileiro. Qualquer possibilidade de atribuir ao episódio da expulsão do padre Vito Miracapillo uma significação excepcional fica prejudicada pelo profusão das pressões contra a Igreja. E, do mesmo modo, a responsabilidade dos setores mais retrógrados do regime pelos ataques não se compatibiliza com o envolvimento direto nos episódios das autoridades do Planalto, do Presidente ao Ministro do Exército, passando pelos líderes do PDS.

A própria Igreja se encarregou de trazer à luz a generalidade dos ataques que vem sofrendo. No dia 15 de outubro, por exemplo, os bispos do Nordeste divulgaram um documento denunciando "a escalada de violência contra a Igreja nordestina" e citando explicitamente a invasão da Igreja matriz de Santana, em Ribeirão, pelos plantadores e fornecedores de cana-de-açúcar, as ameaças de morte sofridas pelo bispo de Propriá e por alguns padres locais, a campanha difamatória contra as dioceses de João Pessoa e Campina Grande, além da expulsão do Padre Vito.

Em Teófilo Otoni, Minas, o atentado ao padre Mamede que por pouco não foi fatal teve o seu inquérito concluído sem que se apurasse os responsáveis. Sobre o bispo Dom Quirino, daquela cidade, pesou a acusação do General Coelho Neto de ser "o exemplo maior em Minas do clero marxista". O episódio teve desdobramento com o pronunciamento de várias autoridades eclesásticas e uma áspera intervenção do Ministro da Guerra, Walter Pires, em apoio a Coelho Neto. Em Itabira, a polícia andou vasculhando residências e interrogando padres da região.

CASALDÁLIGA NA BOCA DO PDS

Já na Bahia, um documento assinado por 37 agentes pastorais da região aponta a invasão da residência de padres do povoado de Teixeira de Freitas por policiais, grileiros e um oficial de Justiça. No norte do país, o padre colombiano Bernardo Hoyes foi preso, juntamente com outras pessoas, em uma manifestação quando da visita de Figueiredo a Belém. A proibição pela FUNAI da entrada de membros do Conselho Indigenista Missionário no Acre, Roraima e Oeste do Amazonas, seguiu-se a expulsão dos missionários Laurita Chitto e Gema Pivetto da aldeia Morada Nova. Protestando, a Regional Norte-I do CIMI e a prelazia do Acre-Purus decidiram não retirar nenhum de seus missionários do Acre, alegando que há 60 anos a Igreja desenvolve sua ação junto aos índios da região.

Enquanto a Comissão Pastoral da Terra, regional Tocantins-Araguaia, reunida no dia 12, responsabilizava o Conselho de Segurança Nacional pelos novos conflitos de terra no Centro-Oeste, o nome de Dom Pedro Casaldáliga esteve invariavelmente na boca dos deputados do PDS que vieram a público atacar a Igreja e sugerir novas expulsões. Aliás, foi esta a sugestão feita a Figueiredo por um manifesto de empresários publicado na **Folha de Goiás**, subscrito inclusive pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

Sem se importar com a opinião pública, Figueiredo e seus amigos começaram uma ofensiva pra valer contra o clero que optou pelo lado dos oprimidos. Deram um chega prá lá no padre Vito Miracapillo e prometem novas aventuras. •

Por Juarez Guimarães



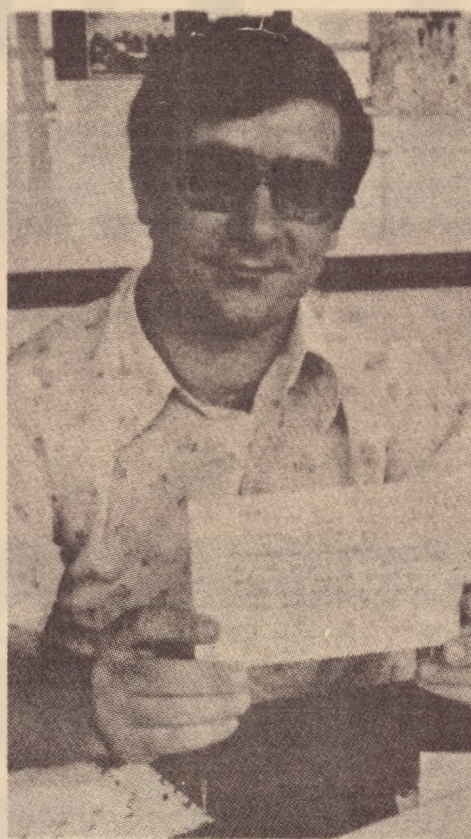
João

Coroando tudo isso, o Governo adiou a votação de emendas no recém aprovado Estatuto dos Estrangeiros. Este ameaça principalmente a Igreja que tem metade de seus missionários no interior do país constituída de estrangeiros. Os missionários já vêm encontrando dificuldades para renovar seus vistos de permanência, que tem sido negados pelo Ministro do Trabalho sob a alegação de "insuficiência profissional".

IGREJA VERSUS ABERTURA

O motivo central argumentado pelo regime para sustentar legalmente a expulsão do padre Vito foi a acusação de que ele estava exercendo a política e se imiscuindo nos negócios públicos do Brasil. Fica claro, portanto, que o ato de expulsão do padre Vito transcende os limites do episódio e se volta contra o centro da ação pastoral da Igreja, as tendências de orientação pastoral que Puebla confirmou.

Isto é, porém, apenas uma meia-verdade. Reafirmando o seu direito pastoral que transcenderia as esferas do poder de regulamentação do Estado, a Igreja coloca como fulcro das suas divergências não a ação política em abstrato, mas a realidade do paciente e sistemático trabalho praticado pela comissão Pastoral da Terra em favor dos posseiros, índios e pequenos lavradores em todos os quadrantes do país, a existência de milhares de comunidades de base nas cidades, a pregação cada vez mais desassombrosa contra o esmagamento do homem, em todas as suas dimensões, pelo capitalismo. E, da mesma forma que o projeto da "abertura" não contempla um espaço autônomo para o povo oprimido, a Igreja que se compromete



Vito

com a causa dos injustiçados não cabe no projeto distensionista. A Igreja com sua tradição secular na sociedade brasileira, com seu poderio institucional, com sua ação diversificada seria "um dos principais obstáculos ao projeto distensionista", como reconheceu há alguns meses o senador Jarbas Passarinho.

Esta, a primeira conclusão. A segunda é que, se os estrategistas do regime pretendiam quebrar a unidade da Igreja através de um ataque intimidador a sua ala mais progressista, o tiro parece estar saindo pela culatra. "A Igreja é um só corpo: atinjam um só de seus membros e ela reagirá como um todo" afirmou Dom Paulo Arns diante da possibilidade de expulsão do padre Vito. Afirmativa que se confirmou: do padre da paróquia ao Nuncio Apostólico Carmine Rocco, a reação foi uma só. A CNBB não enviou um só representante à missa em homenagem ao papa João Paulo II onde Figueiredo e parte de seu ministério estiveram presentes. Os setes bispos brasileiros que participavam do Sínodo em Roma recusaram convite para jantar na embaixada brasileira junto a Santa Sé.

Mais do que um episódio isolado, o caso do padre Vito parece ser apenas o final de um primeiro ato de uma peça onde está previsto a acumulação de atritos entre a Igreja e o Estado. Nada parece indicar um recuo da atitude pastoral da Igreja e nem que o Governo seja capaz de absorvê-la. É previsível que sobre a Igreja continuem a pesar os ataques do governo. A defesa da ação pastoral do clero aparece para as oposições como parte do aprofundamento necessário de suas relações de aliança na luta contra a exploração e a opressão no Brasil.

CPI do Terror

Chame o ladrão

Em Minas, a oposição conclui que o governo de Francelino Pereira é o responsável pelos resultados dos atentados terroristas, pela sua ação e omissão nas investigações para apurá-los.

No último dia 28, os dois partidos de oposição representados na Assembleia Legislativa de Minas (PP e PMDB) apresentaram um relatório próprio e conjunto sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava "as denúncias de omissão e desinteresse do governo estadual na apuração dos atos terroristas" (conhecida como "CPI do Terror").

Encerrada precocemente pela obstrução do partido de Francelino Pereira, o PDS, a CPI foi um elemento para que a oposição chegasse à "conclusão básica de que não só há omissão flagrante, como há ação no sentido de dificultar a apuração dos atentados e a punição dos seus autores". Os autores do documento, intitulado "Denúncia à Nação", são os deputados Milton Lima e Ademir Lucas. Eles o apresentaram como "voto em separado", já que o relator oficial é do PDS, deputado Carlos Lemos. A seguir, as principais conclusões, resumidas do extenso documento mineiro:

- A maioria dos atentados, cerca de 40, não foi objeto de abertura de inquérito por parte do Estado, apesar de constituírem crimes de ação pública e ser sua obrigação legal fazer isto.

- Em vários destes atentados a polícia esteve presente, chegando em alguns a recolher materiais, e, apesar disto, não consta que foram abertos inquéritos para apurá-los.

- O desinteresse se caracteriza mais quando a própria CPI solicita ao Secretário de Segurança cópias de todos os inquéritos existentes e até seu conturbado encerramento pelo PDS não recebeu qualquer resposta.

- Denúncias feitas, algumas em inquéritos, pistas e indícios não foram investigados.

- As ameaças públicas e diretas a pessoas como Helena Grecco, Geraldo Magela e Juarez Guimarães (participantes do movimento democrático) não mereceram as precauções devidas, por parte do governo, e ficaram numa suposta "proteção invisível".

- O governo de Minas tem sido omisso e demonstra claro desinteresse na apuração dos atentados terroristas ocorridos no Estado. Em que pese a notoriedade dos fatos, não tomou medidas efetivas convincentes capazes de determinar sua apuração e punição de seus autores.

- Com sua atitude e ação, o governo de Minas tornou-se responsável por tudo que o terrorismo fez e faz em Minas.



Lima e Lucas: contra o facismo

O governo, há meses atrás, baixava a ordem de prorrogar as eleições municipais previstas para este ano, através de sua maioria artificial no Congresso. Agora, com a proximidade do dia 15 de novembro, quando deveria se dar o protesto eleitoral popular, as oposições preparam a denúncia contra mais este golpe da ditadura sobre o direito de manifestação.

O Partido dos Trabalhadores, recém saído da batalha pela legalização, avaliou, por meio de sua direção nacional, que não teria condições de puxar uma verdadeira campanha nacional contra o cancelamento das eleições.

Desta forma emitirá nota de protesto, ao mesmo tempo em que está incentivando as direções regionais e municipais a organizarem manifestações locais por todo o país. Em São Paulo, por exemplo a direção estadual está preparando, por meio de todos os núcleos, pequenas agitações e concentrações locais. Pretende também inovar neste tipo de manifestação: um pequeno questionário, com perguntas sobre o que significam para o povo as eleições, os partidos políticos, quais os problemas mais sentidos etc, será o material de trabalho privilegiado nesta agitação, ao lado dos discursos e panfletagens. Ao mesmo tempo, uma caravana com as principais lideranças do partido estará percorrendo, ao longo do dia 15, os principais pontos da grande São Paulo dando reforço às concentrações locais promovidas pelos núcleos.

PMDB: Por uma Constituinte (Livre e Soberana?)

O eixo da intervenção política nesta data será o próprio cancelamento das eleições, enfiado dentro da linha geral que a direção do PT, há meses, aprovou para esta conjuntura: 1) pela liberdade política; 2) pela liberdade sindical; 3) pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores. Tanto por esta linha aprovada pela direção, como pelo método de agitação agora escolhido, o PT pretende assim levar esta luta mais no plano localizado das bases e de seus problemas imediatos, evitando bandeiras mais gerias contra a ditadura.

15 de Novembro:

Segundo o Secretário Geral do partido Jacó Bittar, a Constituinte, por exemplo, hoje, ao invés de ser uma resposta diante do fato concreto, do crime cometido pela ditadura ao adiar as eleições, viria na verdade é a bafar e esvaziar este fato, desviando a atenção para questões que não sensibilizam o povo.

Por isso mesmo, pela recusa da Constituinte, é que muito provavelmente, com as informações que se dispunham ao fechar esta edição, o PT não fará um ato de protesto conjunto com outros partidos de oposição. Pois o PMDB resolveu fazer do dia 15 um Dia Nacional de Luta pela Constituinte, uma data simbólica de grande oportunidade segundo suas lideranças, para se deslanchar uma campanha nacional pela Constituinte. Em São Paulo, por exemplo, o PMDB pensava inicialmente em promover uma grande manifestação pública central na praça da Sé com uma expectativa de dezenas de milhares de pessoas comparecendo. No entanto numa avaliação posterior, mais realista, resolveu-se transferir o protesto para um local semi-público, a Câmara Municipal, com uma expectativa agora de uma mobilização bem discreta.

De fato, era um sonho pensar que o PMDB sozinho pudesse levar dezenas de milhares à praça da Sé. Pelo tipo de partido que é, pela relação que tem com as bases populares, e mais, para um sábado dia 15, era pedir demais. Por outro lado o tipo de mensagem popular que o PMDB tem deixado escapar de sua Constituinte é de uma, ainda que confusa, conciliação com o regime. Por isso

mesmo o PMDB esvaziou, em certa medida, o impacto do golpe do governo sobre as eleições e pôs no lugar uma bandeira que, na versão que os peemedebistas têm dado a ela, aparece ao povo como uma distante fórmula de arranjo da crise do regime militar.

PT: Pela liberdade política (e no lugar da ditadura, o quê?)

Por outro lado, o PMDB não abriu mão do seu ato com este caráter, procurando várias vezes em São Paulo pela direção do PT que propunha um ato mais geral contra as eleições, no interior do qual cada um daria seu recado, o PMDB enrolou sucessivamente até que os petistas foram informados pela imprensa do tipo de manifestação que iriam fazer. Ou seja, o sectarismo e particularismo do PMDB, ao recusar na prática esta ação conjunta com o PT, tem agora seu troco num tipo de mobilização bem mais fraca do que seria possível numa ação unitária.

Por tudo isso não será ainda o momento de grandes manifestações conjuntas contra a ditadura e seus golpes. Mas é já um grande avanço que as oposições, ainda que por caminhos diferentes - o PT mais radical, junto às bases e seus sentimentos imediatos, o PMDB mais apegado aos temas institucionais e enredado em formulações ambíguas - dêem agora simultaneamente, esta resposta aos crimes da ditadura contra o direito de manifestação popular.

Oposições vão protestar contra o cancelamento das eleições

Enquanto o PMDB quer fazer da data um Dia Nacional pela Constituinte, e a partir daí deflagrar uma campanha, o PT prepara agitações locais em vários estados denunciando o golpe contra o voto popular

Editorial

Constituinte

É hora de reabrir o debate no PT

As articulações em separado no encaminhamento do protesto do dia 15 estão aí a nos desafiar e a demonstrar os obstáculos que a luta pelas liberdades democráticas e contra a ditadura militar tem encontrado para romper o impasse no qual ela se acha. Nos últimos anos o país pipocou em greves e manifestações o pluripartidarismo do regime mostrou-se perigoso para ele, adiou-se por isso as eleições, o terrorismo reacendeu, a crise econômica aguçou a "abertura enfim balança, mas as oposições não encontram a forma de partir já para uma ofensiva política contra o regime militar.

O PT hoje, seja pela sua prática, seja pelo seu programa, tem se caracterizado inegavelmente como um partido dos explorados. Este foi o grande salto na política do país: o surgimento de um partido realmente da massa de trabalhadores. E é trilhando o seu caminho próprio que o partido vem crescendo desenvolvendo sua imagem de uma proposta política diferente da politicagem convencional. Colado às lutas dos trabalhadores, refletindo seus interesses, organizando sua intervenção, o partido vem se firmando.

Um partido no entanto não pode se restringir ao imediato popular, sob o risco de se confinar ao círculo basista da pequena política, sob o perigo de passar ao largo da crise mais geral que atravessa o regime militar e a sociedade brasileira. E para isso não vale o preconceito de que não vamos sujar as nossas mãos com os arreglos institucionais.

O PT não tem como colocar sua meta final - um governo baseado no poder dos trabalha-

dores - imediatamente, a partir dos sentimentos e possibilidades reais das classes exploradas. Deve fazê-lo, mas ao nível da propaganda e educação política, e não como eixo central de sua luta hoje.

O PT precisa portanto de uma bandeira como a constituinte, para poder fazer a ponte entre os interesses imediatos dos trabalhadores e uma resposta global à ditadura militar ao nível da consciência e da correlação de forças atuais. O fato da Constituinte do PMDB ser uma ponte para um provável acordo com o próprio regime, em nada invalida a tese em si. Pelo contrário, é somente com uma força como o PT empunhando a luta pela Constituinte, dando-lhe um claro caráter anti-ditadura, deixando bem explícito as suas condições de liberdade e soberania, ligando-a às lutas imediatas do povo e apontando na propaganda política o tipo de governo capaz de realizar esta tarefa plenamente, é somente assim que o espaço não ficará livre para as acomodações com o regime tentadas pelos liberais.

A Constituinte não é a fórmula mágica para todos os problemas das oposições, e é verdade, que o PMDB, ao tentar fazer dela isso, termina emprestando-lhe um caráter conciliatório. Mas é a única forma de se dar uma resposta global, hoje, à crise por que passamos. É a única forma de se colocar em questão a essência mesma, ditatorial, do regime imposto desde 1964.

Assim colocada, o PT não pode hoje prescindir da Constituinte. É hora de reabrir o debate desde as bases para uma nova discussão. Que é exatamente o que a direção nacional havia pautado para logo depois do registro.

De volta na Vila Euclides

O ato público do PT contra o enquadramento de seus dirigentes na Lei de Segurança Nacional

Seis mil pessoas estiveram presentes no ato público promovido pelo PT, no último dia 26 no Estádio Vila Euclides, para manifestar-se contra o enquadramento de seus dirigentes na Lei de Segurança Nacional e pela punição dos responsáveis pelos atentados terroristas. Para um ato explicitamente

político, deixado à margem pelos demais partidos que apenas compareceram simbolicamente sem nenhum esforço de convocação, um ato escondido pela grande imprensa e que se dá neste momento de poucas mobilizações, o evento foi um sucesso, segundo a avaliação de todos os presentes. Foi uma demonstração de que, segundo Lula, quando o PT se empenha para levar um recado ao trabalhador, ele responde, demonstrando que não é difícil levar o povo às ruas quando ele é chamado corretamente por um partido com o qual ele se identifica.

A realização do ato foi precedida de uma intensa convocação em São Paulo levada a cabo a partir dos núcleos da capital e do interior através de cartazes, pixações e chamamentos de rua, durante quase três semanas antes do dia 26.

Além de toda a direção do partido, sindicalistas e parlamentares, estavam também presentes ao ato representantes de outros partidos de oposição, dentre os quais Tito Costa, prefeito de São Bernardo, que na sua intervenção, lembrando a greve do começo do ano, chamou a cidade de "território livre dos trabalhadores".

Expedido, um dos diretores cassados do Sindicato dos Metalúrgicos local, ao falar, propôs uma greve geral nacional para o dia do julgamento dos sindicalistas pelo Tribunal Militar. E Lula, na intervenção final, diante de um rico colorido de centenas de bandeiras, cartazes e faixas do PT, declarou: "Enquanto não permitirem que a classe trabalhadora viva com dignidade, nós vamos marchar. Hoje, aqui no Estádio de Vila Euclides; amanhã, em toda São Bernardo; depois, em São Paulo; e num futuro bem próximo, em todo o Brasil".

PT CONTRA A LSN

OS LÍDERES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES SÃO PROCESSADOS PELA LSN - LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Pela liberdade de manifestação e organização sindical e política para os trabalhadores e o povo pobre.



PT CONTRA OS ATENTADOS

OS RESPONSÁVEIS PELAS AGRESSÕES CONTINUAM SOLTOS

Pela punição dos que reprimem e jogam bombas contra o povo.



E agora, Delfim? A festa acabou, a luz apagou, a noite esfriou. O Brasil fechará o ano de 1980 com uma dívida externa de US\$ 55 bilhões. A inflação em 81 poderá alcançar o índice de 150%, segundo previsões americanas. Estamos em 50.º lugar nas prioridades internacionais de investimento.

Das exportações, 65% serve apenas para cobrir juros e amortizações da dívida externa. Serão necessário 18 bilhões de capitais para aguentar o tranco em 81. E agora Delfim?

Se você gemesse, se você tocasse a valsa vienense, se você cansasse, Se você morresse... Mas você não morre, você é duro, Delfim!

Dívida externa

Os urubus estão chegando

Por Maurício Borges e Juarez Guimarães

As visitas de Delfim Neto aos Estados Unidos, à França, à Inglaterra e ao Japão, a sucessão de encontros de ministros brasileiros com representantes de empresas multinacionais refletem duas realidades bastante articuladas: o agravamento da crise econômica brasileira, particularmente no que diz respeito à situação do balanço de pagamentos e, o aumento das pressões dos credores internacionais sobre o governo brasileiro.

A dívida externa brasileira provavelmente fechará em 55 bilhões de dólares em 1980. Destes, 35 bilhões representam dívidas contraídas em bancos internacionais, sendo que a amortização de 60 % dessa quantia vencerá entre 1980 e 1983. Atualmente, 65 % do valor das exportações brasileiras apenas dão para cobrir os juros e amortizações que o país paga anualmente.

Mais graves, porém, são os impasses e as tensões que se anunciam neste setor com consequências profundas para o conjunto da economia e principalmente para a população trabalhadora.

Os saldos econômicos mais expressivos da *tournee* de Delfim foram os empréstimos tomados na França e no Japão. Na França, Delfim conseguiu 500 milhões de dólares para a Petrobrás, em duas parcelas iguais, a primeira vinculada à aquisição de equipamentos franceses. Do Japão, o Ministro do Planejamento trouxe um total de 1,78 bilhões de dólares incluindo recursos para o projeto Albrás-Alunorte, para a construção do porto de Tubarão e a instalação do porto do Vale do Conde e 500 milhões para a Petrobrás. Destes últimos, entretanto, apenas 120 milhões estariam realmente garantidos.

Mais significativos, porém, do ponto de vista econômico foram as reiteradas demonstrações do afunilamento do crédito internacional disponível para o país, as previsões pessimistas sobre o desempenho futuro da economia brasileira, as pressões sobre a política econômica do Governo por parte dos maiores credores.

Os bancos americanos parecem já estar atingindo o teto fixado pelo Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos) para emprestar ao Brasil. Há retração em relação à disponibilidade de recursos para o Brasil no mercado canadense e no suíço que já há alguns meses não está aceitando pedidos de empréstimos de empresas brasileiras.

Em sua rápida passagem pela Inglaterra, Delfim só encontrou admostrações por

parte dos bancos mais poderosos e pressões para que o Brasil recorra ao Fundo Monetário Internacional. É sintomático também que o *spread* (taxa que acompanha o risco de empréstimo) do dinheiro tomado em Paris tenha sido majorado de 1,5% para 1,75% e com carência de três anos ao invés de quatro como antes.

Causaram igualmente forte reação nos meios governamentais brasileiros, as previsões do Chase Manhattan Bank (o maior banco norte-americano) sobre o futuro da economia brasileira, prevendo uma inflação de 150% em 1981 e uma retração de 3% no crescimento do Produto Nacional Bruto, fatos que exigiriam fortes medidas de reestruturação da política econômica do governo. Já o boletim do "Institutional Investment", de tradicional credibilidade nos meios empresariais norte-americanos,

classifica o Brasil na 50ª posição nas prioridades de investimento. O Brasil viria após nações como a Indonésia, Malásia, Trindade/Tobago, Chile e Argentina, sendo que na América Latina viria à frente apenas do Paraguai e Peru. A classificação, que é realizada após a consulta de 75 bancos norte-americanos, pautava o Brasil em 33º lugar em 1979.

Enfim, tudo indica que a hora da verdade para o balanço de pagamentos brasileiros está chegando, pois a aproximação dos limites do endividamento, a precária situação econômica dos países capitalistas centrais e as negras previsões sobre a economia brasileira se somam para restringir a um fio o espaço de manobras do Governo brasileiro.

"O Brasil não recorrerá ao FMI", afir-

mou repetidamente Delfim a cada momento de sua viagem. Driblar o fantasma do impasse econômico, afirmar se o otimismo possível em relação às possibilidades de continuidade do crescimento econômico são, no entanto, frases mais ajustadas às funções de tomador de empréstimos, figurada por Delfim, do que apropriadas para entender o drama em que 16 anos de política econômica desastrosa afundaram o país.

Segundo as previsões de economistas da Fundação Getúlio Vargas é bastante crítica a situação do balanço de pagamentos para 1980. Haverá possivelmente um déficit comercial (exportações menos importações) da ordem de três bilhões de dólares, se situando até agora em 2,9 bilhões. Por sua vez, o déficit de serviços (remessa de lucros, royalties, etc.) será de 10 bilhões de dólares, somando um total de 13 bilhões de déficit na conta corrente. A esta montante teríamos que acrescentar ainda os 6,7 bilhões de dólares de amortização da dívida já contraída o que eleva o déficit para a casa dos 19,7 bilhões.

De acordo com os dados fornecidos pelo Banco Central, a captação de recursos no exterior foi da ordem de 9,3 bilhões de dólares, somando a 5,1 bilhões resultantes da queima de reservas internacionais e investimentos diretos aplicados no país. Teríamos, ao final, um déficit no balanço de pagamentos da ordem de 5,3 bilhões de dólares, bastante superior ao vulto dos empréstimos arrancados por Delfim em sua recente *tournee*!

É grave também a situação das reservas internacionais. De janeiro até agora já foram queimados cerca 3,2 bilhões de dólares das reservas do país que atingem atualmente de 6,5 bilhões de dólares. As normas estabelecidas pelo sistema financeiro internacional impõem um limite mínimo às reservas dos países que devem ser equivalentes a três meses de importação. No caso do Brasil isso equivaleria a 5,7 bilhões de dólares.

A situação se complica ainda mais para o ano que vem. Algumas estimativas dão conta de que o país terá uma necessidade bruta de capitais estrangeiros da ordem de 18 bilhões de dólares, dos quais 13 dedicados a amortização da dívida externa e aos gastos em serviço. E são completamente irrealistas as esperanças alçadas por Ernane Galvêas, por exemplo, de conseguir um saldo comercial de 4 bilhões de dólares, resultante de um acréscimo de 30% nas exportações e da estagnação do valor das importações.

AS SOMBRIAS PREVISÕES DO CHASE MANHATTAN

ALGUMAS PREVISÕES DO CHASE ECONOMETRICS (13/09/80)

	1981	1982	1983	1984	1985
PIB (%)	(-)3,0	1,2	5,2	6,1	5,6
Agricultura	3,5	5,4	4,5	5,6	5,7
Indústria	(-)4,6	0,2	5,0	5,9	5,2
Serviços	(-)2,8	1,3	5,5	6,3	5,8
Meios de pagamento	105,0	75,0	60,0	45,0	30,0
I P A	152,8	69,7	51,2	45,0	33,8
I C V	150,4	71,6	53,2	44,3	35,4
Taxa de câmbio	138,0	55,7	38,6	34,4	24,4
Exportações (US\$ bilhões)	23,5	28,4	34,4	41,3	49,0
Importações	23,1	26,0	29,7	35,2	41,1
Serviços	(-)12,0	(-)14,2	(-)16,6	(-)19,2	(-)22,1
Investimentos estrangeiros	1,6	1,7	1,9	2,1	2,3
Empréstimos e financiamentos	17,3	19,3	21,3	23,2	25,4
Reservas	4,6	4,6	6,6	8,6	10,6
Dívida externa	67,4	77,4	89,3	102,3	116,1

As consequências do crescente endividamento externo sobre a economia brasileira sempre se fizeram sentir, de forma mais aguda, na área da economia popular.

Ainda no início dos anos setenta, quando a economia se encontrava em pleno auge do período do milagre e a dívida externa era relativamente pequena, a política econômica idealizada e executada pelo mesmo ministro que aí está - Delfim Neto - consistia em um forte incentivo às exportações.

Incentivou-se a agricultura de exportação como a soja e a cana de açúcar em detrimento do plantio do feijão e outras culturas voltadas para o mercado interno, com consequências graves para o abastecimento. Ao mesmo tempo, concedeu-se vultuosos incentivos fiscais e créditos à indústria para exportação com base em recursos fictícios - isto é, dinheiro emitido - contribuindo para o aumento da taxa de inflação.

Mais exportação

Nos dias atuais, dado o agravamento da situação do balanço de pagamentos, o governo caminha, claramente, em direção a um aprofundamento deste modelo exportador. Prova disto é o crescimento das exportações brasileiras que deverão ultrapassar a casa dos 20 bilhões de dólares, representando um aumento real de mais de 15 por cento em relação a 1979. Em contrapartida, os subsídios de crédito para exportação do setor industrial foram aumentados, correspondendo, hoje, a aproximadamente 3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Ao mesmo tempo, a situação para o lado da agricultura é cada vez mais grave: colheu-se sim, uma safra, mas uma safra composta basicamente de produtos de exportação (soja por exemplo) enquanto que o feijão está se tornando num grave caso social (ou de polícia). Adiciona-se a isto o fato de que o Pró-Álcool, finalmente deslanchou. Embora seu resultado seja ridículo (prevê para 1985 a produção de 170 mil barris diários, o que deverá corresponder a apenas

E o que é que Maria leva?

Menos feijão na mesa do cidadão e mais soja para exportação. Muita rima (pobre) e nenhuma solução. Essas as consequências da crescente política econômica de favorecimento à exportação e endividamento externo.

10 por cento das necessidades brasileiras de petróleo) ele está retirando, desde já, terras e recursos destinados ao abastecimento interno.

Tudo indica, portanto, que para tentar contornar em parte o rombo do balanço de pagamentos, o governo aprofundará o modelo exportador, o que deverá acarretar gastos cada vez maiores com a política de exportações. Isto significará também que se o povo brasileiro passa mais fome, hoje, do que em épocas anteriores, podemos esperar que ele deverá passar mais fome ainda, no futuro.

Agravamento

Mas, o agravamento da situação do Balanço de Pagamentos não tem repercutido apenas a nível do aumento do esforço interno de exportações como também sobre a situação geral da economia e seu grau relativo de autonomia.

Desde 1976, o governo vem introduzindo medidas de contenção das importações, o que, de uma forma ou de outra, tem contribuído para o aumento da taxa de inflação. Em março de 1976, introduziu-se o depósito compulsório para importações completado pela maxidesvalorização em dezembro do ano passado e pela introdução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações cambiais de importação, medidas estas que sem exceção, resultaram num aumento dos preços internos dos produtos importados.

Por outro lado, o agravamento da situação do Balanço de Pagamentos tem levado a que o governo venha favorecendo uma política de captação de divisas a curto prazo em detrimento da atenuação do próprio problema no médio e no longo prazo.

Assim, desde 1975 ele tem incentivado as multinacionais à captação de financiamento de curto prazo no exterior, que com a operação, ganharam de duas formas: primeiro, por remeterem lucros sob a forma de juros que não sofrem, por suposto, nenhum tipo de limitação; e segundo, pelo fato do juro reduzir o lucro taxável destas empresas, passando a representar mais um item de despesa. A médio e longo prazos, esta política tem levado a um aumento das remessas de lucros das multinacionais disfarçadas sob a forma de juros - agravando ainda mais a situação do Balanço de Pagamentos.

Os pacotes

Um outro aspecto da política de captação de divisas tem sido os "pacotes" de empréstimos externos destinados a grandes investimentos estatais. Em geral, nestas operações, os banqueiros internacionais condicionam o empréstimo em divisas à compra de máquinas e equipamentos estrangeiros na proporção de 50 por cento, isto é, a cada dólar em divisa deverá corresponder na mesma proporção, máquinas e equipamentos adquiridos no exterior.

Tendo como intuito, a obtenção dos empréstimos em divisas, o governo tem sistematicamente engolido o "sapo" - isto é, o pacote de máquinas e equipamentos em detrimento da indústria de bens de capital nacional e de sua própria política de substituição de importação nesta área.

Finalmente, deve ser observado que a tentativa crescentemente casuística de contornar os problemas tem levado à entrega - a preço de banana - das reservas minerais brasileiras como ocorreu no projeto Albrás/Carajás, vendido por uma bagatela na recente viagem de Delfim Neto a Tóquio.

Em resumo, o agravamento da situação do Balanço de Pagamentos deverá significar a curto prazo, menos pão e mais inflação para o povo brasileiro. A longo prazo, tendo em vista o casuismo das soluções correntemente adotadas, nada se pode esperar ou dizer a não ser que o futuro às multinacionais pertence.

As pressões do FMI

Alô, alô, seu Delfim. Chega mais pra perto de mim!

Recentemente têm aumentado as pressões internacionais para o Brasil recorrer ao FMI (Fundo Monetário Internacional), tendo em vista o crescente agravamento da situação do Balanço de Pagamentos.

O Brasil rompeu política mente com o FMI em 1959, ainda no governo JK, e as razões alegadas na época, seriam as mesmas que até hoje o tem mantido afastado. Tecnicamente, o Fundo estabelece como condição prévia para sua ajuda, a execução de uma política monetária rígida, a eliminação de subsídios e arrocho salarial.

Afora o último item que o capitalismo brasileiro sempre cumpriu a ferro e fogo, os demais itens teriam repercussões sérias para a taxa de acumulação e crescimento interno, o que seria danoso para os próprios interesses capitalistas nacionais e estrangeiros aqui instalados.

Prova disto pode ser encontrada até atualmente quando a situação interna e externa da economia está preta. Reunidos no dia 28 de outubro em Brasília pelo Business International Council (BIC), os executivos das multinacionais deram apoio à algumas das políticas de combate à inflação e condenaram uma política claramente recessionista.

Por outro lado, o governo brasileiro sabe muito bem que uma política de contenção, tal como apregoada pelo FMI agravaria a curto e médio prazo os próprios problemas que porventura, tentaria corrigir. Uma economia estagnada com pouco ou nenhum crescimento provocaria uma fuga em massa do capital estrangeiro, o que determinaria um verdadeiro rombo no Balanço de Pagamentos.

Isto pode ser verificado na própria história recente da economia brasileira. No período 1962/67, que apresentou baixo crescimento e queda nas importações, o Balanço de Pagamentos chegou a uma situação bastante crítica provocada pela fuga de capitais das multinacionais aqui instalados. A partir de 1968, com a retomada do processo acelerado de acumulação, as multinacionais "voltaram" e o Balanço de Pagamentos esteve em situação razoável até 1973.

Nestas condições, fruto de uma política de 25 anos de internacionalização sistemática da economia, o capitalismo brasileiro parece encontrar-se num dilema atroz. Se mantiver a política atual de contenção limitada do crescimento interno, os problemas se acumularão e inevitavelmente levarão a um sério "gargalo" a médio prazo. De outro lado, se optar pela recessão, o caos virá a curto prazo sem nenhuma garantia de recuperação a longo prazo (vide sob este aspecto a situação da Argentina). Está-se portanto no contexto daquele velho dilema popular: "se correr o bicho pega e se ficar o bicho come".

A quem deve o Brasil

Um perfil da dívida externa de acordo com as moedas de origem dos empréstimos.

MOEDA	Em bilhões de dólares
dólar americano	44,00
marco alemão	5,10
iene japonês	3,10
franco suíço	1,50
libras esterlinas	0,77
dólar canadense / franco francês / lira italiana	2,30

DEFENDA A IMPRENSA POPULAR

Leia, divulgue, venda e assine:

Companheiro

Convergência Socialista

Coojornal

Correio Sindical

Em Tempo

Hora do Povo

Movimento

O Trabalho

Pasquim

Repórter

Tribuna da Luta Operária

Voz da Unidade

Compre nas bancas. Ajude a vender.
Estimule os jornaleros a resistir aos terroristas.
Faça a sua assinatura.

FESTA POPULAR DO PT

Dias 8 e 9 de novembro, das 9,00 às 24 hs., nos antigos estúdios da Vera Cruz, em São Bernardo do Campo.

OBJETIVO: finanças para o PT/São Paulo

Ganhou mas não levou

Como é difícil criar um "sindicalismo confiável"...

Os metalúrgicos de São Paulo assinaram com os patrões o acordo salarial de 1980. A campanha, apesar das "mil reuniões de fábricas", anunciadas pela direção sindical, não chegou nunca a reunir nas assembleias um por cento da categoria. Aliás, a maior mobilização ocorreu com a gang de espancadores organizados para impedir a palavra das oposições, culminando, na última assembleia (24/10), com a presença de atletas duma academia de halterofilismo.

No final dessa estranha batalha que não houve, o acordo (ver quadro) foi até generoso demais para uma campanha tão melancólica. Na última assembleia, já nada restava fazer — e talvez esse seja um dos motivos que levaram a mesa a abrir a palavra para as oposições. Estas, chegaram no máximo a propor o adiamento do acordo e a denunciar a atuação policiaesca da diretoria e seus aliados.

Os olhos dos metalúrgicos paulistanos se voltam agora para a nova composição de forças na entidade. Ao que tudo indica, a sagrada aliança — Hora do Povo, Voz da Unidade, pelegos — já se divide mais claramente. O HP já partiu pra cima do Voz, criticando a assessoria e, ao que tudo indica, disputando o espólio político de Joaquinão. Nesse sentido e sabendo que a proposta não ia dar em nada — cuidou de se distanciar da direção, pregando a rejeição do acordo. O Pessoal do HP pode vir a receber, na sua composição sindical, como já tem ocorrido nas eleições estudantis, a colaboração dos simpatizantes do **Tribuna da Luta Operária**, concorrendo em faixa vizinha à coligação Voz da Unidade-Pelegos. Sinais do namoro são evidentes.

De outro lado, são visíveis também os sinais de que a Voz da Unidade e os pelegos já parecem querer se destacar dos incomodos brigadistas HP, que já teriam cumprido seu papel repressivo. Quanto às oposições, tratam agora de se recuperar das crises e divisões.

O Peleguismo de novo tipo

Conforme já dissemos antes (ET 117), muito mais, porém, que um acordo salarial ou uma disputa eleitoral numa entidade, a batalha entre os metalúrgicos toma o vulto dum ensaio para a tentativa burguesa de instaurar no país um "novo" sindicalismo, mais adequado aos tempos de "abertura" programada.

Desmobilizados, os 450 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos chegaram a um acordo, sem greve, com os patrões do Grupo 14. Joaquinão - apadrinhado por Macedo e pela FIESP - ganhou mas não levou, não conseguindo seu intento de se transformar numa alternativa à liderança de Lula, no sindicalismo brasileiro. Ao mesmo tempo, o pau comeu solto entre seus aliados da "Hora do Povo" e da "Voz da Unidade", em luta pelo privilégio de se sentar à direita do pelego.

Por Régis Moraes

A tentativa da ditadura militar de construir um sindicalismo que controle os operários não só pela omissão e pela violência, mas pela política, vem desde os planos de "valorização sindical" dos governos Costa e Silva e Médici. Porém, é só em 1973/74 que ele se torna mais pragmático. A "burguesia esclarecida", através do jornal **Estado de São Paulo**, abriu o caminho, saudando o novo sindicalismo do ABC como a esperança anticomunista no movimento operário. Por essa brecha passou, logo depois, a "Missão Portela", procurando integrar os novos líderes na estratégia de distensão de Geisel. Mais tarde, em outubro/79, é a vez do ministro do planejamento, Delfim Neto tentar fechar, com esses dirigentes, o chamado "pacto social", em que, diante de algumas vantagens para os sindicalistas e munido da chantagem da lei dos reajustes semestrais de salários, Delfim propunha uma trégua de dois anos nas greves. Para o regime, isso tinha uma dupla finalidade. Por um lado, garantindo a "paz social", tornava mais estáveis as previsões econômicas dos empresários, e mais eficaz uma política a médio prazo de controle da inflação, além de oferecer um trunfo

importante na negociação da dívida externa, dos empréstimos e investimentos do capital internacional. Por outro lado, o Pacto punha sob controle do regime o destino dos líderes que tinham constituído seu prestígio político em cima de lutas, mais ou menos expressivas, de suas categorias. Esses dirigentes oposicionistas passariam desse modo a ter o seu poder alicerçado não na mobilização combativa de suas bases, mas numa garantia governamental obtida com o compromisso da desmobilização. Evidentemente, para isso, o regime ia precisar oferecer algumas aberturas para que os líderes se convencessem e convencessem as massas. Por isso se falava, na época do pacto, em discutir as comissões de fábrica, delegado sindical e a própria **Central Única dos Trabalhadores (Cut)**.

O regime doura a pílula

Porém, perdendo a esperança de ganhar os autênticos mais autorizados, como Lula, o regime monta suas bombas nas próprias trincheiras do movimento operário. A Volkswagen lança a sua **experiência** de comissão de empresa,

baseada no modelo de cogestão elitista que, na Alemanha Federal, cumpre importante papel para podar o movimento sindical. Ao mesmo tempo, em São Paulo, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo elogia o "sindicalismo responsável" do Joaquinão, vendendo-o para a classe operária como exemplo positivo, diante dos "porralouquismos" do ABC. Mais do que um golpe no sindicalismo, essas e outras manobras (como os enquadramentos na Lei de Segurança) são uma tentativa de erguer diante dos operários um dique de reformismo sindical contra as veleidades de sindicalismo "politizado", anti-regime, e contra qualquer projeto ou partido político que nasça das lutas dos trabalhadores, nelas se eduque e enraíze, e nelas construa uma alternativa dos trabalhadores para a crise política do país.

Evidentemente, para isso, o regime precisa ter mais que velhos pelegos. Precisa ter "gente do ramo", que conheça algo dos métodos da luta operária e que acredite politicamente que essa transição é uma etapa necessária para as futuras lutas. São esses na verdade os agentes modernizadores que podem implantar o sindicalismo do "novo tipo". É a isso que Golbery chama de dividir afrente oposicionista, negociando com cada uma das partes, tentando utilizar umas contra as outras. Não se trata de ter apenas velhos pelegos e policiais, mas de uma máquina burocrática azeitada pelas crenças reformistas. E falamos de crenças reformistas porque essas negociações estão baseadas no temor dessas "elites oposicionistas" diante da debilidade do movimento operário e popular. Ou seja, elas duvidam do respaldo de massa que teriam para atitudes mais ousadas e precisas. Assim, seriam atraídos por conquististas "por cima", diante duma suposta impotência das pressões "de baixo" — como chegou a declarar o presidente do Sindicato dos Médicos de SP, Agrimeron Cavalcanti, a propósito do Pacto de Delfim (ET n.º 92).



Joaquinão não teve a projeção desejada...



... apesar dos milhares de Décios Malhos

Acordo reflete desmobilização

Um acordo apenas regular, que não se pode taxar de péssimo mas sequer aproximado ao conseguido por outras categorias, inclusive menos mobilizadas e menos poderosas politicamente que os 450 mil metalúrgicos da Capital, Osasco e Guarulhos. Essa pode ser a conclusão sobre o termino do processo de negociações que demandou mais de 80 horas de reuniões entre as comissões salariais dos três sindicatos - desta vez com a preponderância de seus respectivos presidentes - e a Comissão do Grupo 14, que reúne 22 sindicalistas patronais filiados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Os metalúrgicos de Osasco, Guarulhos e São Paulo estiveram distantes, por exemplo, dos petroleiros de todos o País, que arrancaram da Petrobrás a semana de 40 horas (essa reivindicação, aliás, apresentada pelos trabalhadores de Osasco, foi burramente rechaçada pela diretoria de São Paulo, que, inclusive, distribuiu boletins, vendeu nas 40 horas, um fator de "deterioração dos salários e estímulo à inflação" Sic), não conseguiram, como os trabalhadores nas indústrias em abrasivos, a instituição das antecipações trimestrais. Ao nível econômico, por exemplo, conseguiu-se um aumento médio de 5,7 por cento (8 por cento nas faixas situadas até três salários mínimos, 6,1 por cento entre três e 10 e três por cento para as demais), bem distantes, certamente, dos 20 por cento proposto e aceitos pela assembleias de cada sindicato. Quanto ao piso, ficou muito aquém do reivindicado, isto é, ao invés dos Cr\$ 13.950 pedidos, o Grupo 14 concedeu apenas Cr\$ 8.232 (um pouco superior aos obtidos pelos

metalúrgicos cariocas, que conseguiram Cr\$ 7.500,00). Além disso, de notável, apenas a cláusula que prevê a fixação de quadros de aviso do sindicato, nas empresas com mais de 300 trabalhadores, bem como a obrigatoriedade de informar à entidade, com pelo menos 30 dias de antecedência, a realização de eleições para as CIPAS.

Embora aprovado pela assembleia de São Paulo não constou do acordo, em função da recusa das assembleias de Osasco e Guarulhos, os itens que previam a fixação de critérios e índices de dispensas, bem como determinavam às empresas o fornecimento mensal da relação de trabalhadores dispensados. Nesse ponto, pode-se afirmar que houve um equívoco dos trabalhadores: em primeiro lugar, os índices propostos significavam limites máximos (e não obrigatoriedade para as empresas cumprirem) de dispensas; em segundo, porque, sem as cláusulas, as empresas continuarão com sua prática de dispensas indiscriminadas; terceiro, o valor, para este ano, era o de fixar um precedente que poderia ser melhorado nas próximas negociações coletivas, com os trabalhadores melhor equipados com as listas de dispensas fornecidas pelas empresas e que seriam analisadas pelo DIEESE, servindo de base à reivindicação de limites mais baixos para a rotatividade - um flagelo sempre presente e ameaçador para os assalariados.

COLHEITA - Na realidade, o acordo firmado traduziu bem o que foi a campanha salarial. Categorias desmobilizadas por suas próprias derrotas anteriores, pela fragilidade de suas oposições

sindicais - sem propostas, sem iniciativas e divididas internamente - e pela política empregadas pelas direções sindicais, particularmente em Guarulhos e São Paulo. Armando o circo das comissões de fábricas, superestimando o trabalho feito de arrematamento dos "Décio Malho" - que efetivamente foi feito, ma em proporções menores e com conteúdo inferior ao alardeado - a diretoria do Sindicato de São Paulo, por exemplo, embora à frente da campanha salarial, não conseguiu, como tencionava, promover uma **mobilização controlada** da categoria. Inclusive, o que se viu na última assembleia, foi o definhamento da concentração operária, com um número de presença inferior às duas primeiras.

Por isso mesmo, não passou de oportunismo, sobretudo partido dos setores aliados à Hora do Povo e alguns de seus inesperados aliados, a proposta de não aceitação do acordo, na assembleia da sexta-feira, 23. Como disse Pereirinha, da Oposição Sindical, a campanha já estava acabada naquela assembleia, de pedra não sai leite. Não conseguindo em meses aumentar o número de participante, se conseguiria em quatro ou cinco dias uma súbita adesão?

E de nada vale a resposta pronta e lunática do jornal "O Trabalho" que propunha, em manchete, "preparar a greve", para quem tudo se resumiria em formar Comandos Regionais de Mobilização. O buraco é mais embaixo, é somente trabalhando nas fábricas, organizando pela base os metalúrgicos, que se garantirá uma categoria mobilizada e disposta à luta. (Tom Duarte).

Por outro lado, é justamente pelo fato de existir — ainda que frágil — uma mobilização de baixo, que os reformistas mostram ao poder estabelecido a necessidade de serem chamados a um acordo, de não serem ignorados. Essas "elites conciliáveis" dependem portanto da força dos movimentos sociais — sem o que não teriam como barganhar com o poder - e, ao mesmo tempo, da fraqueza relativa e falta de autonomia desses movimentos de base.

Nessa situação paradoxal, o regime encontra os atores certos e prontos para a cena. Atores que se educaram na tarefa de organizar os movimentos oposicionistas mas tendo o cuidado de controlá-los com rédea curta, naquele espaço que eles julgam objetivamente possível e responsável na atual "etapa". É assim que nasce e se reproduz a burocracia progressista, entre as tentativas de modernização duma ditadura militar em dificuldades e uma alternativa operária-popular ainda inexistente (ou insuficiente).

Um novo período

Neste novo período, o centro das lutas operárias muda ligeiramente. Nos próximos meses, teremos uma safra de eleições sindicais, a configuração mais clara das intersindicais, a reforma da CLT (anunciada para março), e as articulações para a Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras). Uma luta pelo espaço político. Diante disso, no ensaio que assistimos entre os metalúrgicos, são preocupantes as dificuldades das oposições e a reação tardia e tímida do conjunto dos "sindicalistas combativos". Parece que não viam que aí se começava a jogar, com novas cartas, um lance decisivo para as suas pretensões dum sindicalismo democrático, de classe, enraizado nas bases e independente da burguesia. É tempo de acordar.

O veterano Delelis avalia a campanha salarial, na página seguinte

Entrevista

DELELIS:

“Os atuais aliados da diretoria do Joaquinão fazem uma confusão: para eles, trabalhar dentro do sindicato significa fazer conchavo com policial e traidor”.

Por Regis Moraes

A recente campanha salarial dos metalúrgicos da capital paulista é avaliada, nesta entrevista, por um dos mais antigos militantes sindicais da categoria: Affonso Delelis. Sua participação na entidade remonta ao ano de 1942. Atuou na célebre “greve dos 300 mil”, em 1953, e, dois anos depois, passou a integrar a diretoria do sindicato. Em 1963, encabeçou uma chapa e venceu as eleições, derrotando os pelegos de então. Em 1964, foi cassado e perseguido pelos militares. Seus sucessores: Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão, Malvezzi, João Vicente, Cremiltres, Bernardino Testa, os interventores que até hoje permanecem na garupa do sindicato, escolhidos a dedo pelo governo de 1964. Eis a conversa que o repórter de EM TEMPO manteve com Delelis.

— Como você vê a questão da democratização dos sindicatos, em especial nas campanhas salariais? E como aconteciam essas campanhas e as mobilizações antes do golpe de 64?

— Um líder sindical, há pouco tempo, escreveu que o importante é olhar o futuro e não o passado. Contradição danada para alguém de um partido que se diz marxista, que sai com esse absurdo: o passado não tem importância. Essa é a filosofia que o governo quer nos fazer engolir — quer que se apague a memória da classe operária. Mas o passado importa. As coisas que estamos ouvindo falar agora, muitas delas não são novas. Organização interna nas fábricas, delegado sindical, tudo isso é coisa antiga, herdamos isso provavelmente de nossos antepassados anarquistas.

“Não se faz greve apenas quando se tem o sindicato na mão”

Apesar da importância do instrumento sindical e da categoria metalúrgica, que por uma série de razões tem uma posição de liderança, já em 1953 — com um trabalho dentro das fábricas e estando em oposição à diretoria, que ainda era o resto da ditadura — fizemos uma greve organizada nas empresas, unitárias, com cinco categorias. O resultado da greve, em cima dele, fomos prá dentro do sindicato. Isso é pra ver que não se faz greve só quando se tem o sindicato nas mãos. As assembleias aprovaram a greve e a diretoria teve que aceitar. Nas eleições seguintes, foram eleitos os companheiros que os operários tinham conhecido na luta. Foi assim que entramos no sindicato, sem jogadas, mas como resultado de um trabalho que vinha de baixo, organizado. Trouxemos essa visão para o sindicato. Nunca foi legal ter delegado e comissão de fábrica, com estabilidade. Não vamos pensar que só vai ter delegado e comissão quando tiver estabilidade. Não vamos inverter: não é um projeto que faz isso. A estabilidade é um reconhecimento de fato, vem na exata proporção do movimento já existir. Difícil! Claro. Sempre tivemos no sindicato a preocupação de ter, na fábrica, os companheiros que faziam a ligação com o sindicato. Na campanha salarial, você faz a agitação externa, distribui boletim, convoca, mas se não tiver na



Assembleia dos metalúrgicos no cine Roxy: a classe ainda não se libertou do pelego

empresa pelo menos um operário aproveitando a agitação que você faz fora, não vem ninguém na assembleia, só com a convocação do boletim. Se não tiver um quadro lá dentro, reconhecido pelos operários, que esteja entrosado com o sindicato, e que associa companheiros, nada feito. Esse homem, prá gente, era o delegado, que nós íamos formando e recrutando constantemente, como um quadro especial dentro da fábrica. Tínhamos mais de três mil desses companheiros, em 1963. Fazíamos assembleias preliminares, de delegados, maiores que esses pelegos estão fazendo nas assembleias gerais da categoria. A assembleia de início, desta atual campanha tinha dois mil operários. Ora, nossas reuniões de delegados tinham de dois a 2500 operários. Eles nos informavam, antes, da disposição dos operários, das reivindicações. Quando vinha a assembleia, já tínhamos muita coisa claro, já sabíamos como andavam as horas-extras, a produção da empresa etc. Sabíamos se era pra radicalizar ou manejar. A gente engrossava sabendo o que tinha.

“Os pelegos jogaram nesta campanha salarial a possibilidade de continuar no sindicato por mais três anos”

— Qual a sua avaliação da última campanha? — O sindicato dos metalúrgicos não é importante só pelos 350 mil operários envolvidos diretamente, mas também porque ele se transforma em padrão para os acordos da safra de dissídios, que hoje devem envolver mais de um milhão de operários aqui. Olhe a responsabilidade, diante de talvez, milhões, de trabalhadores! Não podemos nos dar ao luxo de errar, nem aventurar, nem subestimar.

Nesta campanha salarial, não podíamos jogar

como os pelegos, senão nos confundiríamos com eles. Os pelegos jogaram, nesta campanha salarial, a possibilidade de continuar no sindicato por mais três anos. A responsabilidade de um operário de oposição era, primeiro, não transformar a campanha salarial em eleitoral, o que seria tão prejudicial ao movimento como a posição dos pelegos e seus aliados. Os operários mais combativos não podem se envolver neste jogo. Primeiro, concentrar esforços na campanha, que responde aos interesses de milhões de trabalhadores do país. Participar das eleições e derrubar o Joaquim, é uma tarefa permanente, mas tem seu momento. O resultado da campanha é que tem que ver com a eleição, e não o discurso feito na campanha. Um discurso bonito, fora da realidade, pode perder ponto e não ganhar.

“Dois mil metalúrgicos o sindicato reúne por telefone. Não precisa fazer campanha nem reunir duzentas empresas”

Quando se entra nesse jogo deles, a grande massa dos operários não tem interesse em participar dessa briga de grupos. Isso pode exatamente fazer o jogo do esvaziamento da assembleia, da perda de confiança dos operários. Ele foi convocado para uma coisa — assembleia salarial — e sente que tem outra coisa contrabandeada para a assembleia. Os pelegos sabem e estão assessorados por quem conhece todo esse processo.

— E sobre a mobilização do sindicato?

— Eles dizem no seu jornalzinho oficial que reuniram um número fantástico de empresas. Muito bem. Se isso é verdade, tem que ter um resultado. E foi desastroso, porque uma assembleia salarial que se diz tão bem organizada, empresa por empresa, de duas uma: ou não houve

essa campanha, ou o que eles disseram para os operários nas reuniões foi tão ruim, que desmobilizou. Um trabalho desses não podia dar como resultado aquela primeira assembleia, de gente que se convoca até pelo telefone, pelo departamento médico, pelas bolsas de estudo. Dois mil metalúrgicos, o sindicato reúne por telefone, não precisa fazer campanha, nem reunir duzentas empresas. Isso a oposição tem que cobrar: ou estão mentindo, ou então reuniram e desmobilizaram preparando a massa para aceitar o acordo que acharam possível fazer. Em segundo lugar, veja o dia em que escapou do controle da diretoria e seus aliados, em que os operários vão chegando, porque a data do reajuste vai se aproximando, no dia em que houve a desproporção entre o que eles convocam manipulado e o que vem da categoria, que foi pouco ainda, mas foi suficiente pra atrapalhar o jogo. Qual a categoria que pode acreditar numa diretoria que estabelece uma tática que desmonta porque aparecem operários na assembleia?

— Isso não tem precedente nesse sindicato?

— Não, isso que estão fazendo aí não tem nada que ver com movimento operário. Os precedentes que tem, fora do país, são onde no sindicalismo a máfia atua. Eles é que introduziram esses métodos, para resistir aos operários. Na época mais negra da ditadura eles não tiveram problema nenhum. Agora, é incompatível uma diretoria com essas composição numa época de abertura.

“Ou estão mentindo ou reuniram e desmobilizaram a massa, preparando-a para aceitar o acordo”

O resultado só pode ser esse. Para se manter, só assim. E o prejuízo não é deles, que apesar de um dia serem espancados pela massa não vão abrir mão dessa máquina, só saem pela pressão.

— E o rejuvenescimento do pelego?

— A história da resistência contra a intervenção é dramática, de suor sangue e mortes. Você vê, na primeira chapa de oposição, em 67, pra arrumar os 17 companheiros, pra registrar a chapa, o companheiro precisava ter consciência que após a eleição corria o risco de ser preso, demitido, torturado. Em 72, fizemos uma chapa que encaminhou uma enorme campanha. Em 73, esse conjunto de operários de resistência foi preso. Rossi, Flores, Vitor, e muitos outros, foram barbaramente torturados. E todos esses companheiros tiveram que ser absolvidos, porque não puderam provar nada: era uma resistência sindical. Você veja só. Rossi, na cadeia, não podia estar pagando mensalidade. A esposa vai com o filho doente e negam o médico! O advogado do sindicato, que independentemente da entidade, vai nos defender perde o emprego por isso! Nós estávamos tentando lutar dentro do sindicato, contra a intervenção. É isso que é atuar dentro do sindicato, mesmo nos fascistas, isso não quer dizer atuar com os fascistas, mas denunciá-los nos sindicatos, para não deixar a massa sem orientação. Os atuais aliados da diretoria fazem uma confusão: para eles, trabalhar, dentro do sindicato significa fazer conchavo com policial e traidor. Batalhamos todos esses anos. De repente, alguns cidadãos, que passaram este tempo de exílio numa boa... temos que começar a desmistificar essa história de que porque esteve exilado sofreu. Sofreu mesmo é quem ficou. Ruim é ficar aqui dentro, na fábrica, sabendo que cada vez que tocava a campanha da sua casa podia ser o Fleury. E nós ficamos aqui, na clandestinidade e trabalho. Aí chegam esses cidadãos e dizem: “não, o passado não importa, o que vale é o futuro”. Vale do dia que eles chegam no aeroporto pra frente. Onde quem o espera é o senhor Joaquim dos Santos Andrade. Vale daí pra frente, e se faça aliança. Um homem que estava politicamente morto, graças aos 16 anos de resistência, se afogando e chegam esses companheiros de fora e lhe dão uma mão. Ressuscitam o cadáver. Um dia terão que responder por isso. Agora, o cadáver está tão podre que pode acabar de apodrecer em cima deles.

— E a oposição, agora?

— Agora é a campanha salarial. Com relação às eleições, isso é depois. O principal é não nos perdermos em pequenas divergências ou até mesmo questões pessoais. O que vai estar em jogo é o maior sindicato da América Latina, isso tem implicação nacional, tem a ver com abertura e democracia, inclusive tem a ver com o próprio sindicalismo internacional. Todos estão voltados para essa eleição. Aqui mais perto, o governo do Estado está de olho nelas. É ridículo então nos perdermos em pequenos obstáculos para compor. Isso sim, nós temos que esquecer, e não o nosso passado.

O professorado gaúcho retomou de maneira recorde suas grandes mobilizações do ano passado. No sábado, dia 1º de novembro, 15 mil professores lotaram o ginásio coberto do Internacional. O interior também veio em massa, com ônibus trouxeram mais de quatro mil professores para a Assembléia convocada pelo Centro de Professores - o CPERS.

Na sua assembléia anterior, do dia 20 de outubro, os professores haviam decidido paralisar suas atividades nas escolas nos dias 30 e 31 de outubro para discutir assuntos relacionados com a Educação, sua situação profissional, o não atendimento pelo governo de suas reivindicações e o cotidiano das escolas. A paralisação objetivava também medir a temperatura da categoria, sua disposição de luta e preparar a greve que seria discutida na assembléia do dia 1º de novembro.

A riqueza dos debates travados nas escolas, a boa preparação nas bases, onde a novidade foram as regionais formadas na capital que aglutinam as escolas por regiões e bairros, e a intransigência do governo garantiram o sucesso da Assembléia.

Durante paralisação dos dias 30 e 31 de outubro, os núcleos no interior e as regionais na capital garantiram a ampla discussão na base. As reuniões das regionais Zona Sul, Petrópolis, Partenon, Navegantes tiveram presença de duzentos a trezentos professores. Em outras, como a Zona Norte chegou a reunir quinhentos professores, para preparar a Assembléia.

Essa preparação garantia que, na Assembléia, o professorado não aceitasse meias medidas nem novos prazos para o governo manifestar-se. A manutenção das propostas e reivindicações anteriores e a greve, eufemisticamente chamada de paralisação, brotava das bases de forma irresistível: 45,27% a partir de 1º de outubro e 100% a partir de janeiro de 1981.

Além destas, mostrando a elevação do nível de consciência e organização do movimento, também foram apresentadas e aprovadas a luta pelo reajuste semestral, o 13º salário, a eleição dos diretores nas escolas e outras. A diretoria do CPERS mais uma vez foi para a Assembléia sem uma proposta definida, isto é, "se submeteria as decisões da Assembléia, das bases".

A grande dúvida era quanto ao momento de deflagração da greve, visto que um grande número de professores nas escolas haviam manifestado sua preocupação com o fato de que os alunos de 8ª série e 3º ano seriam prejudicados. Mas, tanto a greve em março como a greve a partir de quarta-feira foram definitivamente rechaçadas pela maioria esmagadora dos professores, com os argumentos de que os professores já estavam mobilizados, os alunos em final de curso são responsabilidade da Secretaria de Educação, do Governo e este já tivera um ano de prazo, sem ter dado até agora nenhuma resposta satisfatória. Não deu outro resultado na perda; paralisação imediata e por tempo indeterminado!

Vaias Sonoras

Alguns fatos significativos marcaram a verdadeira maratona que foi a assembléia, aberta e encerrada ao som do Hino Nacional, com seis horas de duração. Algumas figuras expressivas da Diretoria do CPERS ou lideranças tradicionais da categoria que defenderam prazos para a deflagração da greve ou punham em dúvida a combatividade do professorado, não foram poupadas. Levaram sonoras vaias dos professores.

O ponto negativo da assembléia foi o momento de discussão das formas de organização. Num primeiro momento, a falsa polarização entre os que defendiam um comando centralizado e os professores que defendiam o fortalecimento das regionais na capital, que concentra, no mínimo um terço do professorado do Estado.

A polarização era falsa pois quem defendia a formação e fortalecimento das regionais na capital, já que o interior possui os núcleos como forma de representação das bases, não era contra um comando centralizado, mas sim, que este tivesse uma ampla participação dessas regionais e núcleos para garantir sua representatividade.

Acabou prevalecendo a proposta de um comando centralizado e votado por chapas na própria Assembléia. E aí, aconteceu algo que passou despercebido pela maioria dos presentes. A chapa um, composta pela diretoria do CPPERS e mais algumas direções tradicionais do movimento como Zilah Iotta, Tereza Noronha, Hermes Zanetti, já havia sido acertada nos bastidores na parte da manhã. Na Assembléia, essa proposta foi defendida com argumentos de que essa era a forma de impedir a "infiltração de grupos" no comando e no movimento.

Mesmo assim, a vitória e o avanço do movi-

Sul

Uma irresistível vocação grevista

O magistério gaúcho não aceitou mais as meias medidas e as protelações do governo estadual. Numa assembléia com 15 mil professores, a alternativa de paralisação do trabalho brotou naturalmente, para exigir um aumento salarial de 45,27% a partir de outubro e 100% a partir de janeiro.

Por Raul Pont

mento é inegável. Na segunda-feira, os primeiros balanços do interior e da capital mostravam que a paralisação foi um sucesso. Em muitas cidades atingiu 100% e em nenhuma o movimento teve uma adesão inferior a 80% do professorado.

Nos Bares

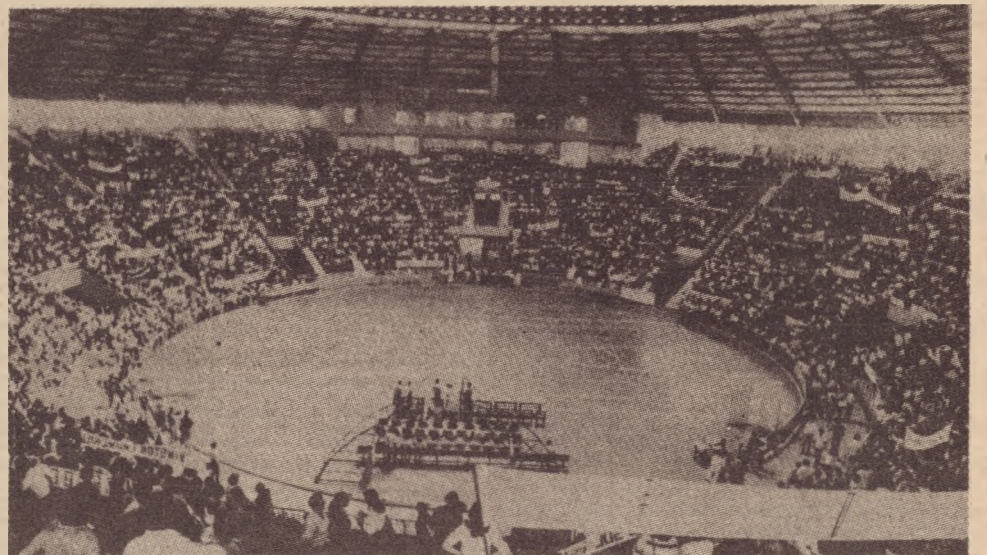
O CPERS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - é uma das maiores e mais representativas entidades de professores do país. Atualmente conta com mais de 50.000 sócios, predominantemente do setor público mas aberto a qualquer professor, de uma categoria que atinge no Estado em torno de 95.000 professores públicos e 25.000 professores da área privada.

O CPERS conta com uma rede de núcleos - atualmente 24 espalhados por todo o Estado, acompanhando normalmente a estrutura do ensino público, isto é, as áreas cobertas pelas várias Delegacias de Ensino da Secretaria de Educação. Na capital, onde se concentram em torno de 30.000 professores não existem núcleos e uma reivindicação crescente das bases é a formação de regionais que agrupem as escolas por áreas geográficas e permitam aos professores da capital contarem com uma instância de

organização de base inter-escolar, para aprofundarem os debates e o processo de organização da categoria.

A existência dos núcleos do interior, alguns

com grande representatividade e implantação como o 14º núcleo que envolve as cidades do vale do rio dos Sinos, é que garante o sucesso como a atual.



No ginásio do Internacional, decide-se a paralisação

Nacional Na reta final, o congresso de Recife

O temário para o encontro que criará a entidade nacional dos trabalhadores em educação já está pronto. A comissão organizadora reuniu-se no Rio e fez um balanço positivo dos preparativos.

Por Luci Avala

O Congresso de Fundação da Entidade Nacional de Trabalhadores em Educação está marcado para os dias 14, 15, 16 e 17 de janeiro próximo, em Recife. Para preparar as últimas tarefas de sua organização e o temário, sua Comissão Executiva reuniu-se no Rio de Janeiro, nos dias 1º e 2 de novembro, com a participação de representantes de 14 estados do país.

A comissão avaliou também a dinâmica do movimento no segundo semestre, particularmente as campanhas unificadas, encaminhadas pelo Congresso Nacional de Profissionais de Educação, realizado em julho último.

Um balanço do movimento dos trabalhadores em educação a partir dos relatos dos 14 estados presentes mostrou que o professorado não repetiu neste ano, o ascenso de mobilizações e greves de 1979. Este período caracterizou-se pelo debate interno, consolidação de oposições e reestruturação de entidades. A exceção é feita ao Paraná e Rio Grande do Sul, com duas grandes greves gerais, a primeira já encerrada e a segunda em andamento, e por várias greves municipais localizadas em diferentes estados, onde a reivindicação salarial foi o eixo principal das lutas.

Uma experiência positiva

Mas, apesar de um certo refluxo no magistério, semelhante aos demais trabalhadores no país, os trabalhadores em educação viveram a sua primeira experiência de luta unificada e centralizada a nível nacional.

A campanha pelo reajuste semestral, encaminhada através de um abaixo assinado nacional entregue ao Ministro de Educação com mais de 50 mil assinaturas, uma outra campanha também nacional, mas encaminhada de forma diferenciada nos estados, foi a da aposentadoria aos 25 anos de serviço, tendo a Comissão Pró Entidade Nacional realizado um ato público em Brasília, em repúdio a atitude do Congresso em não aprovar essa reivindicação do magistério.

A avaliação do trabalho da Comissão mostrou que tem cumprido as tarefas que lhe foram designadas pelo Congresso de julho, de centralizar as campanhas e organizar o Congresso de Fundação. Detectou-se algumas falhas de encaminhamento pela descentralização da Comissão, pois, apesar de as entidades que a formam serem de grande legitimidade junto ao professorado em seus estados, o fato de não existir uma secretaria nacional prejudicou a agilidade da Comissão. Essas pequenas falhas, no entanto, já foram superadas com uma redistribuição do trabalho entre os membros da Comissão e a designação de tarefas a serem cumpridas até sua próxima reunião.

Temário

A reunião da Comissão Pró-Entidade estabeleceu que o temário do Congresso se desenvolverá com quatro pontos básicos:

Avaliação do movimento a nível nacional: Campanhas definidas no CNPE e sua organização. Situação Nacional (conjuntura); Campanhas Unificadas: a questão salarial e a questão educacional; Entidade Nacional: estrutura, organização e funcionamento,

eleições; Luta conjunta com os demais trabalhadores.

A dinâmica como se desenvolverá este temário será definida na próxima reunião da Comissão, nos dias 13 e 14 de dezembro, em Minas, onde serão precisados também os painéis que farão parte do congresso. O tema priorizado para os painéis de debates é sobre a questão educacional, com o fim de elaborar uma carta de compromissos para a nova entidade.

Eleição de Debates

Os critérios eleição dos delegados para o Congresso de Fundação da Entidade Nacional dos Trabalhadores em Educação serão os mesmos utilizados para o II Encontro Nacional e para o Congresso de julho: toda entidade de trabalhadores em educação terá direito a um delegado nato.

Fora esse critério, só serão reconhecidos como delegados com direito a voto aqueles que forem eleitos pela categoria especialmente para esse Congresso, em reunião por local de trabalho, em assembléia de entidade ou ainda em reunião amplamente convocada com o objetivo específico de discussão do temário do Congresso e eleição de delegados. Só serão reconhecidos como delegados aqueles que apresentarem ata da reunião de eleição, referendada pela Comissão Estadual Pró-Congresso. Para garantir o debate nas escolas, como forma de retirada de delegados, manteve-se o critério mínimo de 10 pessoas para cada delegado e mais um por fração de cinco superior a dez. Exemplo: Uma reunião de escola com a participação de 10 a 15 terá direito a um delegado. De 16 a 20 dois delegados.

Metalúrgicos/Sul

Pelego na mira da "Turma da marreta"

Os metalúrgicos do Vale do Rio dos Sinos, RGS, vivem um momento todo especial. Em Novo Hamburgo, a oposição faturou as eleições sindicais, fato que poderá se repetir no final deste mês na cidade de São Leopoldo, com uma base de 30 mil operários, dos quais 10 mil sindicalizados. Isso levaria, sem dúvida, a mudanças no centro de gravidade do movimento sindical no sul.

EM TEMPO entrevistou os sindicalistas das duas cidades, entre eles, João Machado, agora presidente da entidade de Novo Hamburgo, e Miguel Rosseto, cabeça de chapa pela oposição de São Leopoldo, também conhecida como "Turma da Marreta", devido ao nome do seu boletim. Os dois são metalúrgicos especializados, militam no PT e atuam também no movimento de bairros.



Eis aí a "turma da marreta", de São Leopoldo

não-metalúrgicos, pois viu-se que o pessoal da chapa, pelo fato de todos estarem trabalhando, não tinha sequer tempo para uma série de atividades. Então esse pessoal assumiu a tarefa de distribuir os cinco números do boletim, a colagem de cartazes, e contato e conversa com metalúrgicos conhecidos nas vilas, a venda de bônus de solidariedade. Se teve uma grande preocupação de não deixar nenhum furo, garantindo que todos os prazos fossem cumpridos.

Miguel (SL) - Depois da campanha salarial deste ano, reunimo-nos para discutir se a gente assumia ou não a formação de uma chapa. Ali todos acharam que importante a participação e, desde logo fixamos os critérios para os membros que foram: combatividade, representatividade e por origem de fábrica. Registramos a chapa e até agora não houve nenhum problema. Quanto ao programa tiramos três eixos básicos. Primeiro, que a gente lutava por um sindicato democrático que possibilitasse a intervenção de todos os companheiros. O segundo é de lutar por um sindicato combativo que seja um referencial para a categoria. E o terceiro ponto é da diretoria apoiar e ajudar a organização da categoria nas fábricas, porque só a organização sindical, com a existência do atrelamento ao estado, é insuficiente. A campanha até agora privilegiou a discussão do programa porque a diretoria é nova e ainda não está queimada frente aos metalúrgicos, apesar de ser pelega, como comprova a demissão de vários companheiros no ano passado devido a existência de uma lista negra elaborada pela diretoria que a distribuiu para todas as empresas. Ainda há a considerar toda a manipulação que a prefeitura vem fazendo, apoiando publicamente a chapa dos pelegos, e com pressões sobre as associações de bairro exercidas pelo prefeito, que é do PDT.

Por último, como vocês se situam no panorama sindical mais geral, no ENTOES e na Intersindical?

Emílio (SL) - Para nós o encontro do Rio dos Entoes foi pouco proveitoso e, em função dos acontecimentos do encontro, a gente veio para o RS com um prazo para organizar um

novo encontro estadual e reparar da melhor maneira possível os erros do nacional. Aqui estamos promovendo discussões, convocando a categoria para o próximo encontro.

Miguel (SL) - Quanto à Intersindical, acho que a gente deve participar desse tipo de organização, intervindo lá dentro atuando de uma forma combativa, organizada e levando uma proposta clara do nosso entendimento do que deva ser esse tipo de organização.

Nelson (NH) - Vou ser franco. Aqui nesta região a gente vem há muito tempo defendendo com firmeza a questão das oposições, fortalecendo-as e mantendo-as sem recuos. Agora quando se pensa em participar da intersindical, vemos que nós não temos construída uma força para entrar e realmente começar a virar a mesa lá dentro. A intersindical está na mão de 95 por cento de pelegos, pois 33 sindicatos que participam, três no máximo são combativos.

João (SL) - O que eu conheço da intersindical, e que pra mim é negativo, é que qualquer grupo de trabalhadores que se organize enquanto oposição não é visto com bons olhos por ela. Mas no momento que esse grupo de oposição conquista o sindicato começa a haver um namoro. Isso quando há membros da intersindical que se dizem contrários a oposições. No meu entender o pessoal de oposição deve avaliar muito bem a intersindical, pois esta já nasceu com uma estrutura viciada, tanto pelo grau de participação que é proposta em seu interior.

Miguel (SL) - Acho que a posição que se toma em relação à intersindical se dá em função de determinadas propostas que nós temos para o movimento. Primeiro: eu não entendo que oposição sindical se resume a uma forma de atuação, um grupo que está fora do sindicato e entra para ele. Oposição, no nosso entendimento, é uma proposta que visa a derrubada da estrutura sindical, assumindo o sindicato com um programa claro, combativo e classista, e hoje nos propomos assumir a intersindical com esse mesmo programa, que está de acordo com o ascenso do movimento operário e profundamente relacionado com ele.



Rumo ao Palácio do governo

Campo Radical e imediata

É assim que os trabalhadores rurais do Pará querem a Reforma Agrária. Cerca de 300 delegados de 18 municípios do interior encontraram-se no final de outubro para debater o sindicalismo e os problemas do campo.

Com cerca de 300 participantes, representando 18 municípios do Pará, realizou-se em Belém nos dias 27, 28 e 29 de outubro o I Encontro dos Trabalhadores Rurais. Esse expressivo número de delegados foi escolhido nas várias regiões, em encontros preparatórios em que se debateu os temas básicos do Encontro, Sindicalismo e Reforma Agrária Radical.

A convocação do Encontro foi feita pelos sindicatos combativos de Oeiras do Pará, Santo Antonio do Tauá, Currálio, Santarém, Paragominas, Viseu e São João do Araguaia, pelas oposições Sindicais de Baião, Cameté Tome-Açu, N. Timboteua, Curuçã, a Delegacia Sindical de Marabá e as comunidades de base de Livramento e Barcarena e contou com o apoio da CONTAG. Para custear as despesas os trabalhadores venderam "posters" e muitos deles colaboraram com parte de seus roçados, mostrando o interesse que um acontecimento como esse despertou.

Nesta região da fronteira agrícola, tradicional pelos violentos conflitos pela posse da terra, "a finalidade do Encontro foi tirar pontos de ação comum para todo o Estado" unificando na mesma luta trabalhadores rurais e pequenos posseiros que a cada dia são expulsos em maior número de suas terras, e significou um passo importante na auto-organização dos trabalhadores do campo, que mostram na prática que a luta do operário e do pequeno proprietário é a mesma, quando o senhor absoluto é o capital.

Nos três dias de discussão, dois acalorados grupos debateram questões que foram de "Liberdade e Autonomia Sindical" à "Constituinte e Reformulação Partidária" e o saldo dos debates demonstrou o amadurecimento do movimento dos trabalhadores nos últimos anos. Ao contrário de antes de 64, as lideranças rurais não se deixaram enredar pela falsa polêmica: a luta principal no campo é pela reforma agrária ou é pelo fortalecimento dos sindicais?

Nas resoluções aprovadas sobre "Sindicalismo e Reforma Agrária" vários pontos coincidiram, tais como a necessidade de liberdade e autonomia sindical e da luta por uma assembléia constituinte livre e soberana. O peleguismo foi apontado nos grupos como um dos males que afligem os trabalhadores, ao lado do governo, política e leis, que só defendem os interesses dos patrões e dos poderosos e a construção da Central Única dos Trabalhadores, unificando trabalhadores do campo e da cidade foi apontada como o passo necessário a ser dado nesse momento.

Ao final do Encontro os trabalhadores encaminharam ao governador do Pará uma carta denunciando a expropriação que vem sofrendo no dia a dia e exigindo: assistência técnica, transporte para os produtos até os mercados, armazenagens adequadas, preços mínimos para os produtos, seguro para a produção etc.

Entre as resoluções aprovadas na plenária do Encontro, em torno dos temas de discussão, destacamos:

Sobre Sindicalismo

Sindicato nascido das bases, só de agricultores e não de patrões;

Luta contra o peleguismo e associação ao sindicato mesmo que ele seja pelego;

Extinção do imposto sindical e luta contra o atrelamento ao Ministério do Trabalho;

Luta pela Assembléia Constituinte Livre e Soberana;

Necessidade de acabar com o sistema capitalista.

Sobre Reforma Agrária

- Reforma Agrária Radical e Imediata;

- Dividir a terra de acordo com o seu tamanho e qualidade, e de acordo com o tamanho da família;

- Defender as terras com armas se for preciso;

- Extinção dos órgãos governamentais e substituição por mutirões e comissões de terra feitas pelos agricultores;

- Reforma agrária coletiva ou individual, de acordo com o ideal de cada comunidade;

- Assistência técnica boa, levando em conta a experiência dos lavradores;

- Abertura de estradas e ramais feitos pelo governo;

- Transporte fácil;

- Crédito fácil, juro baixo (1º e 2º) e pagamento parcelado;

- Armazenamento adequado;

Como iniciou-se o processo de organização das oposições sindicais e em cima de quais questões?

João (NH) - Em 78 reunimos uma série de companheiros, metalúrgicos, sapateiros e outros, para discutirmos a legislação trabalhista, através de filmes, slides e caderninhos. Ali começou a formação do grupo, culminando, já em 79, com a participação na campanha salarial. Mas, por vários motivos, o grupo acabou se dispersando, inclusive havendo repressão sobre seus membros. Dois operários logo foram demitidos, uns dos quais era eu. Neste ano é que conseguimos reaglutinar, através de um encontro no 1º de maio alguns operários de vários setores, constituindo uma oposição sindical. Desta oposição saiu, quando se aproximaram as eleições, a oposição metalúrgica.

Chico (SL) - Publicamente a oposição existe há um ano. Porém o trabalho iniciou em 78, com a participação de um pequeno grupo no dissídio daquele ano. A partir dessa experiência e já contando com um número maior de pessoas, compreendemos que o que tínhamos de fazer era voltar nosso trabalho para dentro das fábricas. Iniciamos o trabalho na Gedore, fábrica que possuía uma tradição de lutas muito grande mesmo nos períodos de mais forte repressão, quando aconteceram algumas paralizações parciais em algumas seções por atraso de pagamento, condições de trabalho e outros problemas. Com isso, conseguimos reunir cerca de 25 companheiros e, à medida que o trabalho foi avançando, determinaram-se alguns pontos considerados básicos para podermos atingir um nível de organização maior. O principal era a organização dentro da fábrica e chegar a uma interfábrica.

Miguel (SL) - Em 79, quando da campanha salarial, já estávamos bem melhor organizados, depois de um trabalho constante, inclusive com mosquitinhos e boletins que atingiam todas as fábricas maiores de uma maneira semi-clandestina. A maior assembléia da campanha contou então com a participação de três mil metalúrgicos, enquanto que em 78 não passavam dos noventa. A comissão de salários foi toda preenchida por membros da oposição. É a partir daí que a gente assume, depois de nossa participação organizada e ganhando uma representatividade muito grande frente a categoria, a criação efetiva de uma oposição sindical, passando a editar o boletim (A Marreta).

- Como se desenvolveu e está se desenvolvendo a campanha nas duas cidades? Quais as questões mais tocadas junto às bases e como foram superadas as dificuldades que a CLT impõe à participação nas eleições?

João (NH) - A campanha em Novo Hamburgo deu-se mais em cima do desgaste que essa diretoria vinha tendo - pois ela estava à frente do sindicato há 3 anos - do que especificamente em cima do programa. Na época da formação dessa oposição metalúrgica não havia, no geral, um trabalho efetivo. Então a categoria não tinha uma visão mais larga para entender muitos pontos do programa.

Bahia (NH) - Logo no início, nossa preocupação maior era nos precavermos contra as artimanhas do pelego, que tinha tudo na mão. Por exemplo: conscientizamos os fiscais de que eles eram mais importantes no fim da campanha de que o pessoal da chapa; preparou-se o grupo de apoio, composto de

Recessão, austeridade & desemprego:



os 35 dias da greve que agitou a Itália.

Durante cinco semanas, os trabalhadores italianos da FIAT automóveis enfrentaram o magnata Agnelli e sua multinacional. Nestemovimento, afloraramas principais características do atual movimento operário europeu. De um lado, a política dos patrões: fazer com que os trabalhadores paguem pela crise do capitalismo por meio da aceitação de medida de "austeridade", de recessão, de reorganização da produção para aumentar a exploração, reduzir os custos e poder dispensar mão de obra em massa. Nada menos que 24 mil trabalhadores se viram ameaçados de demissão. De outro lado, a política dos trabalhadores: lutar contra o desemprego, ou seja, contra as demissões e pela redução da jornada de trabalho — 35 horas de trabalho semanais é um dos objetivos deles. Mas os operários, não enfrentaram apenas o patronato. As direções sindicais, burocratizadas e influenciadas pelo PCI, chegam a acordos desfavoráveis, promovem a conciliação, esvaziam e quebram o movimento reivindicatório. Nessa situação, a combatividade da base, largamente comprovada, não teve como obter resultados. Essa campanha tem reflexos também no Brasil, onde a FIAT instalou uma fábrica

Por Wagner Cardoso

Desde os grandes movimentos de greve de 1968 e 1969, que a Itália não vivia efervescência social, como a ocorrida nas últimas semanas. Os operários da FIAT de Turim, com grande tradição no movimento operário daquele país, desencadearam a partir do dia 10 de setembro, uma das maiores greves já vistas.

Quando no dia 6, logo depois das férias (período preferido pelo patronato europeu para implementar sua "austeridade") a direção da FIAT anuncia seu plano de demissões, a resposta dos trabalhadores começou a fazer-se sentir. Humberto Agnelli, anunciava que 24.000 trabalhadores seriam colocados em "licença compulsória" (licença por 8 meses com salário correspondente a 90%) pois "a produção de carros será reduzida em 20% até 1981".

As negociações começaram então entre o delegado administrador da FIAT, Cesare Romiti e a direção do sindicato F.I.M. - Federação da Metalúrgica. E a pauta de discussão estava bem carregada. Do lado do patronato exigências como: 24.000 exclusões temporárias; bloqueio do *turn over* (os operários que saem não são mais substituídos); aposentadorias antecipadas; saídas voluntárias com pagamento de indenizações; ao cabo de 18 meses, 12.000 trabalhadores seriam reintegrados e os 12.000 restantes teriam o estatuto da "mobilidade externa" (direito a ser reclassificados em outras empresas). Esta era enlém a tônica da "política de austeridade" que caía sobre os ombros dos operários. A F.I.M., por seu turno, não evitou os compromissos. Sem nenhuma vergonha aceitou o bloqueio do *turn over* e a aposentadoria antecipada, dentre outras; só tendo a coragem de antepor à proposta de "mobilidade externa", a de "mobilidade interna" (no mesmo setor).

O plano de austeridade

Esta crise que começava a se prefigurar, na verdade já fora prevista há algum tempo por parte da burguesia italiana e também pela oposição parlamentar.

Em 12 de setembro, o *Financial Times*, jornal porta-voz do capital britânico, anunciava: "O atual conflito é potencialmente o mais sério e o mais importante dos últimos anos na Itália". Na verdade essa "reorganização industrial" já começara a ser implementada em 1979, quando a direção da FIAT testou as suas necessidades, a combatividade e a organização dos trabalhadores. Em outubro de 79, Agnelli despediu 61 militantes sindicais. Mas o que lhe interessava na verdade, era ter certeza que a direção local da F.I.M. (Federação Metalúrgica), que aliás é uma das mais combativas do país, faria concessões e procuraria compromissos a todo custo. Como ocorreu. Isso sem esquecer que essa mesma central sindical, sofre influência do Partido Comunista Italiano. E o mesmo PCI, declarava em 79 que "face à crise europeia e à crise do automóvel, para termos uma Itália sã, é fundamental uma FIAT que também seja sã". E acrescentava em março de 80, num documento especial sobre a multinacional sediada em Turim, "o mercado do automóvel está florescente, o horizonte é muito promissor" e concluía que "para permitir que a FIAT se aproprie desse mercado é necessário muita responsabilidade da parte dos trabalhadores, um aumento significativo da produção e sobretudo diminuir o custo de trabalho". Dai, conclui-se que tanto o patronato como as direções sindicais e o maior partido de

oposição, perceberam a crise estrutural que se abate sobre a Itália (e assola a Europa desde o começo dos anos 70), e também descobriram que para "sanar a economia" era necessário que os trabalhadores apertassem os cintos ou aceitassem as demissões.

Tanto Agnelli quanto a F.I.M. faziam coro e trocavam gentis compromissos quando a multinacional apontava que "a causa fundamental de tudo isto era a escala móvel de salários (reajustes salariais automáticos), origem da inflação, e para tanto é necessário neutralizá-la".

O início das greves

Face a esses ataques indiretos os operários de Turim começavam a rearticular-se, utilizando-se sobretudo da experiência de 69 e do ano passado. Quando em 9 de setembro a FIAT anuncia um plano de licenciamento de 14.600 trabalhadores, a resposta não tardou. Já nos dias 11 e 12 a greve se estendia por todas as fábricas da multinacional.

Giovanni Agnelli só não implementou as demissões quando a crise governamental tomou proporções tais que o governo de Cossiga se viu obrigado a demitir-se e a jogar pelos ares o minúsculo acordo conseguido meses antes. Baseado sobretudo em três partidos, a Democracia Cristã, o Partido Socialista, e o Partido Republicano (PRI), o anterior governo italiano fora se enfraquecendo aos poucos, atacado sobretudo pelo PCI, que sob qualquer pretexto joga na cara da burguesia a necessidade que ela tem do PC no governo (Enrico Berlinguer não se cansa de demonstrar a sua correção enquanto oposição responsável e como concorrente sério ao governo de "unidade nacional": direito de participar ao lado da burguesia). Posto em minoria no Parlamento, em função de um voto de confiança sobre o projeto de decreto econômico, Cossiga demite-se Agnelli, muito astuto, temendo que o início do movimento grevista fosse aprofundar a crise, suspende as 14.600 demissões.

Se o PCI a saudava como "uma grande conquista", nas primeiras páginas de *l'Unità*, a direção da FIAT daria o troco mais tarde. Em 29 de setembro, ela anuncia a "licença compulsória por razões técnicas" de 24.000 trabalhadores. Na terça-feira 30, o patronato lança uma lista negra dos demitidos. Publicamente, os nomes da maioria dos militantes sindicais, assim como de grande parte de delegados membros dos conselhos de fábricas, eram denunciados. Agnelli começava a perceber que para aplicar a sua "política de austeridade" era necessário desmoralizar os trabalhadores.

Os acordos

Neste entretanto, os acordos que eram negociados em Roma, não avançavam. Face a esse impasse, o Conselho de Mirafiori ("Consigliori") que compreendia 800 delegados, mantinha a palavra de ordem de continuação da luta: 8 horas de greve todos os dias com assembleias e manifestações pelas cidades, indo até a adotar "formas extremas de lutas", como eles diziam, o que se traduzia por ocupação de todas as seções da FIAT. "Não recuar até que obtenhamos vitória", era a palavra de ordem.

Fato curioso de se perceber era a receptividade dos dirigentes sindicais. Em Mirafiori, por exemplo, no dia 24, face a uma assembleia muito motivada de 10.000 pessoas os representantes da Democracia Cristã, do Partido Radical e do PSI, eram vaiados e suas propostas postas em minoria. Em contrapartida, outros setores mais radicali-

zados da vanguarda turinense, começavam não só a compreender o sentido da greve geral, mas sobretudo da reivindicação de **35 horas de trabalho semanal** - reivindicação aliás de todos os trabalhadores europeus, liderados pelos alemães e franceses.

Neste mesmo dia o Comitê diretor das centrais sindicais CGIL-CISL-UIL, decidia uma greve geral de quatro horas para 2 de outubro. No dia 25, desencadeou-se a greve geral de Piemonte, envolvendo 1.300.000 trabalhadores, assim como a greve nacional dos metalúrgicos com 1.500.000 pessoas. Em Turim também a combatividade massiva se mostrava nas ruas. Aproximadamente 100.000 trabalhadores ocuparam a praça principal da cidade. E mais uma vez o secretário geral da F.I.M., Mattina e o secretário da Confederação, Carniti, eram recebidos com vaias clamorosas.

Do lado do governo, o ministro do Trabalho, Foschi (da DC), fazia novas propostas, ditas de "mediação". Englobava as propostas feitas anteriormente pela F.I.M.: demissões voluntárias, aposentadorias antecipadas, nenhuma nova contratação nos próximos anos, "mobilidade interna" no grupo FIAT. E acrescentava a "licença compulsória" para 24.000 trabalhadores, até o fim do ano, e pelo período de oito meses para outros tantos 24.000. A F.I.M., pressionada pelas outras centrais sindicais aceitava os acordos, mas quem não os queria era a FIAT. Como se percebe o "compromisso" era procurado com afineco pelos dirigentes sindicais (um dado importante é que, só na província de Turim há mais de 13.000 trabalhadores, em "licença compulsória", e mais de 60.000 desempregados, inscritos nas agências de emprego).

As greves se alongavam. Piquetes massivos com a participação rotativa de todos os trabalhadores eram a forma de "ocupação".

15 milhões na rua

Mas o momento culminante do movimento foi mesmo no dia 10 de novembro, quando 15 milhões de assalariados pararam tudo - Greve de Solidariedade - em toda a Itália e manifestações monstro seguiram-se em Roma, Milão e Turim. Quinze mil participantes em piquetes, a Coleta Nacional organizada pela F.I.M., em poucos dias recolhe mais de um bilhão de liras (1.000 liras: Cr\$ 60,00), mostravam quais os instrumentos que os trabalhadores de Turim utilizavam para não se isolarem do resto do movimento operário. Pois este começava a ser o grande problema: o restante da classe operária italiana não estava sendo mobilizado pelas direções sindicais para encerrar o movimento dos de Turim como algo concernente a todos os trabalhadores. O isolamento teria que ser evitado.

Estava claro que a continuidade da greve estava nas ruas, nas ocupações de fábricas, na solidariedade com outras categorias e com a população, mas também estava na mesa de negociações. E esta infelizmente estava sem o controle dos interessados diretos.

A F.I.M. procurava retomar as negociações forçando os grevistas a abandonar a forma de luta que dava força ao movimento: bloqueio total da produção e da empresa. Deixar esta forma de luta era uma proposta que fora rejeitada pelos trabalhadores, durante uma reunião sindical em 6 de outubro, entre os delegados do conselho de



Sandinistas e poloneses Uma dobradinha contra o socialismo por decreto

A grande greve dos operários poloneses já é um acontecimento de dimensões históricas que marca profundamente a esquerda, o movimento operário, em todos os países. Na recente greve da FIAT na Itália (ver matéria da página anterior) já aparecem sinais disso: os trabalhadores da FIAT Automóveis de Turim acharam ruim que as negociações entre os sindicatos e os patrões se dessem em Roma, longe deles: queriam que as negociações fosse feitas na frente de todos, como em Gdansk. Também na revolução nicaraguense aparece a influência dos operários poloneses. Reproduzimos aqui um artigo assinado por Orlando Nunez no jornal Barricada, órgão oficial da Frente Sandinista, publicado em 31 de agosto. Neste artigo, os sandinistas declaram seu apoio à luta dos operários poloneses, e descrevem esta luta como uma luta que reforça o socialismo. Desmascaram a hipocrisia do MDN, o partido burguês de Alfonso Robelo, que declarou apoiar os trabalhadores poloneses. Embora seja uma tomada de oposição prudente, este artigo dos sandinistas escolhe o campo do socialismo não burocrático. É um fato que mostra uma evolução positiva da FSLN, que mostra o quanto as lições da Polônia serão aprendidas em todo o mundo.

O desenvolvimento da humanidade se dá hoje através da luta entre o socialismo e o imperialismo, na qual o primeiro combate contra a exploração e o segundo para mantê-la. Os operários constituem a classe social mais avançada na luta contra o imperialismo.

Mas eliminar o imperialismo não significa apenas destruí-lo, mas também substituí-lo por uma outra sociedade, mais avançada e mais humana. O caminho não é fácil e a construção de uma nova sociedade é cheia de contradições. O socialismo não é atingido nem por decretos e nem por eleições. Ele é atingido através de tenazes, organizadas e consistentes lutas da classe operária.

A construção do socialismo tem lugar através



A Nicarágua saúda...

de uma luta contra a grande propriedade privada e por meio da nacionalização da riqueza. Mas a história não termina aí. "As forças produtivas não deixam de ser capital apenas por passar às mãos do Estado, mas apenas quando começam a ser administradas pelos trabalhadores" (Engels). Participação dos trabalhadores não é atingida nem por decreto nem pelo desejo de um indivíduo ou de um partido; ela é um processo de consciência, de organização, de elevação da capacidade técnica, política e cultural. Isto toma um tempo longo.

A construção de sindicatos operários, tanto para defender os interesses da classe operária, quanto para defender os interesses da nação como um todo, é uma das conquistas deste longo processo.

Desta forma, a vida de um sindicato, de um partido, de um Estado que luta pela construção do socialismo, também é cheia de dificuldades e limitações. O próprio Lênin indicou a necessidade para os sindicatos de fiscalizarem o partido e o Estado, de modo que este agisse segundo os interesses da classe trabalhadora. O que está em discussão aqui não é uma escolha entre socialismo e imperialismo, mas os tortuosos passos de um desenvolvimento contínuo e ininterrupto rumo a uma sociedade ainda mais socialista.

A construção de uma sociedade mais socialista

Os protestos dos trabalhadores na Polônia tem uma longa tradição. Eles foram a força



... a democratização em Gdansk.



Foto: Assembléia em Turim

"Face à crise européia e à crise do automóvel, para termos uma Itália sã, é fundamental uma Fiat que também seja sã. O mercado do automóvel está florescente, o horizonte é muito promissor. Para permitir que a Fiat se aproprie deste mercado é necessário muita responsabilidade da parte dos trabalhadores, um aumento significativo da produção e sobretudo diminuir o custo do trabalho". Palavras do magnata Agnelli, dirigente da Fiat? Não. Palavras dos dirigentes do Partido Comunista Italiano...

Mirafiori e os dirigentes sindicais, quando estes últimos ficaram em minoria.

O pretexto utilizado pela FLM para assinar os acordos que terminaram com as greves foi uma manifestação em 14 de outubro, contrária à continuação das greves. Uma iniciativa nacional, totalmente orquestrada pela sua direção, (que até pagou uma refeição para os manifestantes), reunidos 10.000 pessoas (vale ressaltar que há 18.000 empregados administrativos e contra-mestres, em todo o grupo) foi utilizada para "mostrar aos trabalhadores que eles estavam isolados e que o perigo de divisão era iminente".

Na quinta-feira, 16 de outubro, as assembleias massivas, mas sobretudo de pessoal administrativo ou dos que não participaram das greves, davam o aval para a FLM. Mas, à tarde, nos mesmos locais de greve, outras assembleias estas sim, dos grevistas não aceitavam a decisão das direções da Confederação. A tal ponto que Lama, dirigente da CGIL (sob controle do PC) e Pierre Carniti, secretário da CISL, foram amplamente vaiados.

Mas tal acordo não foi impugnado por ninguém. Nenhum outro setor tinha propostas concretas para a continuação da luta. A própria FLM de Turim, considerada à esquerda da federação nacional, exprimiu sua oposição ao compromisso, mas não materializou nem propôs nada. A reunião do "Consiglio" também não pôde ser efetuada, boicotada que foi constantemente pelas burocracias sindicais.

Os acordos "conseguidos" pela FLM, apesar dos elogios do jornal *Hora do Povo*, sob o título "Sindicatos italianos vencem a FIAT": ou mesmo do balanço positivo que faz o *Voz da Unidade*, desta semana; nada mais são do que as proposições já feitas pela mesma FLM, no início do movimento, antes que as greves se iniciassem: 23.000 trabalhadores serão postos na rua e são readmitidos até o final de 1981 (?); após dois anos de "licença remunerada", eles serão reintegrados no grupo Fiat, isto se eles não encontrarem trabalho, num raio de 50 km. de suas casas, bloqueio do *turn over* e encorajamento a despedimentos voluntários...

dirigente do sujeito mais importante da sociedade polonesa, a classe operária. Mas ao contrário dos países imperialistas, as mobilizações operárias não ameaçam a forma social da produção, mas a enriquecem. O movimento grevista dos operários da região do Báltico na Polônia só podem significar uma coisa — mais e mais passos no caminho da participação dos trabalhadores na gestão e administração das empresas e nos órgãos políticos da sociedade.

O Movimento Democrático Nicaraguense (MDN) apresentou uma moção para que o Conselho de Estado expressasse sua solidariedade aos trabalhadores poloneses. Não há nada mais contraditório que esta moção do MDN. Este partido luta por uma sociedade na qual a riqueza continue a pertencer a uma minoria, mas os trabalhadores poloneses estão lutando por uma sociedade na qual a riqueza e o poder pertencem mais e mais à maioria dos trabalhadores organizados.

A greve dos trabalhadores poloneses constitui o exercício de um direito reconhecido pelos atuais dirigentes poloneses, dirigentes que chegam ao poder devido ao desejo coletivo dos trabalhadores poloneses (as greves operárias que levaram à substituição de Gomulka por Gierk). E os sindicatos poloneses nunca reivindicaram em nenhum momento a solidariedade dos partidos estrangeiros que exploram seus irmãos da classe operária de outros países.

Tratando de uma sociedade capitalista, seria uma ilusão pensar que a competição entre diversos proprietários, cada um tentando vender a sua mercadoria, significa um enfraquecimento do sistema capitalista. Igualmente, considerando uma sociedade socialista, como a Polônia, é uma ilusão pensar que movimentos entre os operários signifiquem o enfraquecimento do socialismo polonês.

Se os cavalheiros do MDN são pela democracia e pelo socialismo, como afirmam, então vamos deixá-los mostrar nas suas próprias empresas, não colocando obstáculos no caminho da participação dos trabalhadores na fiscalização, controle, gestão e administração das empresas. Uma outra prova de socialismo e democracia da parte do MDN seria a tomada de posição a favor do exercício organizado do poder pelos operários e camponeses neste país, uma vez que eles são a maioria da sociedade nicaraguense. Isto é, o MDN deveria apoiar a política da FSLN construindo uma nova Nicarágua.

MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO 1900/1979



Pelo Coletivo "Edgar Leuenroth"
Eder Sader, Michael Löwy,
Sandra Castro, Helena Hirata

Um livro abrangente,
objetivo e sintético sobre
os 80 anos do movimento
operário no Brasil

NAS LIVRARIAS, OU:
PEDIDOS PARA EDITORA
VEGA S/A Cr\$ 200

Rua Guajararas, 178 - 30.000
Belo Horizonte - MG

JOE HILL NO CINEMA

Um sindicalista diante do pelotão de fuzilamento

Finalmente liberado pela censura e batizado de "Desejo Final", o filme de Bo Widerberg passou despercebido entre nós. Quem não viu perdeu uma boa oportunidade de conhecer um pouco sobre a história do sindicalismo americano. Mas pode se consolar com esta resenha, especial para EM TEMPO.

Um artigo de Leôncio Martins Rodrigues

Depois de liberado pela censura, outras forças parecem conspirar para fazer o filme de Bo Widerberg passar quase despercebido entre nós. Concordamos que o título original provavelmente não diria muito ao público brasileiro. A solução encontrada (pelos distribuidores?) foi um título mais sugestivo para esta época de abertura: "Desejo Final".

Não vai aqui nenhuma restrição ao pornô nacional (ou estrangeiro), mas pensamos que a história do jovem imigrante que marcou com sua militância, suas canções (e sua morte) a história do movimento operário americano, mereceria melhor sorte.

Para ajudar a confusão, a sinopse de um grande jornal da imprensa paulista, a **Folha de São Paulo**, assim caracterizava o filme: "Trajetória de um menestrel suíço que, radicado em Nova Iorque no começo do século, é vítima da violência de sua época, acusado de assassinato e fuzilado, embora inocente".

Ocorre que Joe Hill não era menestrel, nem suíço, não estava radicado em Nova Iorque, nem foi vítima da "violência de sua época". Na verdade, Joe Hill (nome americano) era um imigrante sueco que, depois de uma estada em Nova Iorque, dirigiu-se para o Oeste norte-americano em busca de emprego e aventura; tornou-se mili-

tante do **Industrial Workers of the World** (IWW, "Trabalhadores Industriais do Mundo") e acabou por se deixar apanhar nas tramas da Justiça americana. Acusado de assassinato, foi condenado à morte e fuzilado, depois de um julgamento em que sua condição de estrangeiro militante do IWW tornava-o, de antemão, culpado.

O filme de Bo Widerberg poderia ser dividido em duas partes, correspondentes a dois cenários. A primeira, narra a chegada de Joe a Nova Iorque e sua vida na parte pobre da cidade. A segunda começa com sua ida para o Oeste.

A cuidadosa e bela reconstrução da época, a fotografia bem cuidada, não servem para tornar o enredo mais compreensível para quem desconhece a história do sindicalismo norte-americano. Para os brasileiros, o próprio nome, **Trabalhadores Industriais do Mundo**, no mínimo soa de modo estranho. Ocorre que os militantes do IWW, os **wobblies** (de **wobble**, significando o que se move de modo irregular) integravam uma organização formada em 1905 em oposição à **American Federation of Labor** (Federação Americana do Trabalho). A AFL, sob a liderança hábil de Samuel Gompers, constituía uma confederação de sindicatos que se estruturavam com base no ofício, agrupando somente trabalhadores brancos e qualificados. A grande massa de operários não-qualificados - geralmente de imigração recente e localizados nas grandes indústrias - não encontravam lugar nos sindicatos filiados à AFL. O IWW propôs um sindicalismo organizado em "bases industriais", isto é, que abrangesse todos os empregados de uma mesma indústria, independentemente do seu ofício e das tarefas que realizassem. Em oposição ao sindicalismo de ofício tipo **business union** (sindicalismo de negócio), voltado pragmaticamente para a obtenção de melhorias no contrato de trabalho (da minoria qualificada), o IWW pugnava por um sindicalismo amplo, fundado em concepções de luta de classes e de mudança social. Daí o nome, **Trabalhadores Industriais do Mundo**, que continha também uma referência ao caráter internacional das ações operárias, contrapondo-se, aqui também, à Federação Americana do Trabalho.

O IWW reuniu, em seu congresso de fundação, alguns nomes de prestígio da militância sindical norte-americana, como William Haywood, fundador da **Western Federation of Miners**; Mary Jones, mais conhecida como "Mother" Jones, Eugene Debs, criador do **American Railway Union**, e Daniel De Leon, intelectual socialista, do **Socialist Labor Party**. Apesar disso, o IWW não teve um bom começo. Poucos sindicatos importantes aderiram à nova organização. Mesmo alguns sindicatos organizados em bases industriais, como a **Western Federation of Miners**, dos trabalhadores mineiros, e o **United Brewery Workmen** (Sindicato dos Trabalhadores da Cerveja) logo se retiraram do IWW.

A Predominância do Anarco-Sindicalismo

Em 1906, ocorreu a cisão entre "intelectuais", políticos e doutrinários adeptos de Daniel De Leon, e as lideranças sindicais, encabeçadas por Haywood. Os sindicalistas levaram a melhor e permaneceram com a maior parte da organização. A partir daí, o IWW orientou-se por uma linha próxima do sindicalismo revolucionário francês (então no seu apogeu), valorizando as formas de ação direta e rejeitando a atuação eleitoral partidária.

Na área sindical, variaram táticas do IWW

para combater a AFL, assim como variaram as regiões de atuação dos **wobblies**. Inicialmente, os militantes do IWW procuraram atuar dentro de organizações filiadas à AFL, tentando influenciar alguns sindicatos, ou suas ações. Neste momento agiram no Leste, especialmente em Nova Iorque e Chicago. Essa tática, de atacar a AFL "por dentro", não deu bons resultados. Por volta de 1908, o IWW concentrou seus esforços na região Oeste. Em lugar de atuar no interior dos sindicatos já constituídos, os **wobblies** procuraram organizar operários não sindicalizados. Nesta fase, o IWW foi particularmente ativo entre trabalhadores agrícolas e lenhadores de Lusiana, Arkansas e Texas.

Tratava-se, no caso, de trabalhadores instáveis no emprego, inclinados a desprezar a ação eleitoral e as concepções doutrinárias "complicadas". Com suas audazes ações, o IWW atraiu muitos trabalhadores errantes que imigravam para o Oeste, levando uma vida aventureira e vagabunda: os **hoboes**. O filme retrata os primeiros contactos entre o IWW e Joe Hill, que perambulava pelo Oeste, sem profissão ou emprego fixo. Para esses tipos de trabalhadores rudes e pouco politizados, o IWW imaginou novas táticas de comunicação, especialmente os **free speech fight**, ou os combates pela liberdade de palavra. Tratava-se, como mostra o filme, de ganhar a praça pública, enfrentando a violência das autoridades locais. Para esta modalidade de atuação, Joe Hill criou muitas canções revolucionárias.

Depois de atuar no Oeste, os militantes do IWW dirigiram-se novamente para a costa Atlântica. Em 1912, organizaram a grande greve da fábrica de tecelagem da **American Woolen Co.**, em Lawrence, Massachussets. O filme de Bo Widerberg faz alusão a essa greve que reuniu trabalhadores italianos e de muitas outras nacionalidades. A grande maioria da mão-de-obra era feminina e o IWW soube realizar grandes manifestações com mulheres e crianças e criar um forte movimento de opinião pública. O resultado final foi uma vitória dos trabalhadores, importante principalmente porque se tratava de operários não-qualificados, divididos em dezenas de nacionalidades.

Depois de realizar numerosas ações em Nova Iorque, em Ohio e em Michigan, onde organizou uma greve na indústria automobilística de Detroit, o IWW voltou a concentrar seus esforços no Oeste, procurando sindicalizar trabalhadores agrícolas em Kansas, Oklahoma e Minnesota e os mineiros do Arizona.

O Declínio

Essa foi a melhor fase do IWW que nunca chegou a ser uma organização de massas (pelos padrões americanos). Calcula-se que em 1917, no seu auge, teria passado, em um ano, de 40 para cem mil militantes. A partir de então, com a entrada dos EUA na guerra, o IWW foi objeto de dura repressão e praticamente desapareceu. Muitos de seus militantes aderiram posteriormente ao recém-fundado Partido Comunista Americano.

Apesar de ter deixado sua marca audaciosa, inovadora e romântica no movimento social dos EUA, o IWW não conseguiu consolidar-se no meio fabril e desalojar o sindicalismo da AFL. Os **wobblies** foram mais agitadores que organizadores. Apesar de conseguirem algumas vitórias e se dirigirem para os trabalhadores das modernas indústrias, sua recusa de assinar contratos coletivos e seu radicalismo dificultou a constituição de sindicatos estáveis, e atraiu contra si a fúria dos empregadores e das autoridades.



Leia e assine as revistas "El Viejo Topo" e "Transición" (Espanha)

Não é necessário qualquer pagamento antecipado.
O assinante pagará cada revista mensalmente,
quando recebê-la através do reembolso postal.

Preço: Cr\$ 220,00 cada exemplar.

Escreva para:
EDITORA COMBATE SOCIALISTA
Rua Jerônimo Coelho, 206 - Caixa Postal 10.319
90.000 - Porto Alegre - RS



O Clube do Ibrahim Sued, Machões, admã, que eu vou em frente

O festejado colunista social articula uma frente ampla machista para se contrapor ao movimento das mulheres. Comenta-se que Doca Street está muito cotado para ser o presidente "de honra" da confraria.

Por Maria Tereza Verardo

Mulheres preparem-se! Está nascendo no Rio de Janeiro a Associação Brasileira dos Machões, ou simplesmente o **Clube dos Machões** que, como pode se perceber pelas declarações de seus diretores não está nem um pouco preocupado com as questões do homem, mas sim com as questões da mulher.

Mais uma vez homens decidem discutir as questões da mulher, já que elas, pobres coitadas, não tem capacidade para tanto. Ou será que certos homens estão sentindo ameaçado seu poder diante do avanço da consciência da mulher?

O que dá para se perceber de concreto é que esta Associação já nasce com objetivos duvidosos e com uma diretoria também duvidosa. Vejamos: Ibrahim Sued, cronista social que conseguiu muito dinheiro e prestígio pelo que disse e principalmente pelo que não disse da alta sociedade carioca, e Jece Valadão, o famoso ator de um papel só.

Com relação aos objetivos sente-se muito claro uma necessidade de auto-promoção dessa diretoria. Afinal, quando foi a última vez que alguém ouviu falar de Ibrahim Sued (além do casamento de sua filha)? E de Jece Valadão? No entanto, agora eles estão em todos os jornais e TVs, um dos objetivos foi atingido.

Outro objetivo, ao que parece, é a desmoralização do Movimento Feminista, é tratá-lo como coisa ridícula. "Precisamos acabar com essa febre de feminismo pois, do contrário as mulheres vão tomar o nosso lugar". A preocupação realmente é muito séria, quem vai ficar com o poder? Ou ainda outra afirmação de Ibrahim Sued: "esse negócio de feminismo não tá com nada. É coisa de umas muquiranas, mal amadas, horrorosas, que são solteironas e por isso estão querendo a consistência do discurso dos machões e sua originalidade. Esse mesmo argumento foi usado no começo dos anos 60 quando foi lançado o movimento feminista na Europa.

Vejamos o que diz o presidente Jece Valadão: "O movimento feminista não é feminista — é sim uma luta anti-machista" (Puxa, Jece, só contaram pra você!!!). "As feministas estão querendo transformar o homem deste país. Hoje o macho é um termo pejorativo. Ora onde é que nós estamos?" Eu é que pergunto, onde é que nós estamos se não se sabe nem a diferença entre macho e machista?

O grande problema do **Clube dos Machões** é o de realizar suas reuniões. A primeira que estava marcada na casa do Jece Valadão não pôde se realizar porque a Vera Gimenes, mulher do Jece, não permitiu que fosse em sua casa. Outra reunião

marcada para apresentação do novo sócio do Clube, o autor Carlos Eduardo Dolabela, não pode se realizar porque o novo sócio teve que dar mamadeira pro nenê na mesma hora da reunião. É, pelo visto, falta machões no **Clube dos Machões**. Parafraseando Henfil, "O Clube dos machões não vai passar de marca de desodorante ou de cerveja".

Carta programa

Conselhos de Ibrahim Sued para sua
filha no dia do casamento

1. Evitar a promiscuidade
2. Quando levar uns cascudos do marido rebatê-los com beijinhos.
3. Mulher tem que ser feminina, e não feminista. Portanto frágil.
4. Quando sair para trabalhar a noite deve avisar o marido e, se possível leva-lo consigo.
5. Se o marido não for um machão, não for um homem mesmo, é melhor troca-lo por outro.

Dorinha Duval

Quando as formas roliças, as curvas acentuadas, os seios perfeitos e o ar sensual cedem lugar às gordurinhas e à flacidez típicas da velhice e da menopausa.

Por Maria Tereza Verardo

O episódio Dorinha Duval, a atriz que assassinou seu companheiro com três tiros no dia 5 de outubro, é mais um relacionamento possessivo que termina em tragédia.

O ponto principal desta tragédia, segundo a atriz, está na diferença de idade do casal. Dorinha com 51 anos, dezesseis anos mais velha que seu companheiro, já não se enquadra mais nos padrões de beleza impostos pela moda.

As formas roliças, curvas acentuadas, seios perfeitos e ar sensual, foram cedendo lugar às gordurinhas e a flacidez típicas do início da velhice. E isso provocou as inúmeras crises de seu casamento, afinal o homem envelhece com dignidade, e a mulher com vergonha.

Segundo depoimentos da atriz os atritos maiores com seu marido se davam porque ela o acusava de "não mais procurá-la, não mais amá-la, de ter outras mulheres mais novas e bonitas". Paulo Sérgio confirmava que tinha outras mulheres argumentando que "você já está velha, feia, gorda, você já era". Dorinha insistia "eu vou fazer plástica no seio para ficar bonita, bonita só para você". E ele respondeu, sarcástico, que não queria mulher remendada, fazendo com que Dorinha se sentisse terrivelmente humilhada.

E não foi só Dorinha que se sentiu humilhada. Todas as mulheres se sentem humilhadas quando vislumbram o que lhes promete a velhice, a vergonha de se sentir flácida, feia e gorda, e a possibilidade de ser jogada fora como qualquer objeto descartável.

É o que destina a sociedade machista à mulher tratada tão somente como objeto sexual, no momento em que ela não se enquadra mais aos padrões de beleza ditados pela moda ela perde sua única função.

Por outro lado o depoimento de José Francisco Scaglione e sua mulher Maria Helena, padrinhos de casamento da atriz, fere frontalmente um dos princípios básicos de qualquer indivíduo, que é a liberdade de dispor de seu próprio corpo, quando e como desejar. Eis um trecho do depoimento: "No hospital, quando Paulo ainda estava vivo, ela nos confessou que, ao chegar em casa, depois da festa de aniversário, ele recusou-se a ter relações sexuais com ela porque estava cansado. Diante da sua insistência ele propôs uma separação de três dias para ver se o relacionamento melhorava. Desesperada, Dorinha gritou que, se ele não fosse dela não seria de ninguém, e lhe deu três tiros".

Se as mulheres reivindicam para si a não obrigação de ter relações sexuais quando não querem, não se pode exigir comportamento diferente do outro. E toda a posse desse relacionamento dá a sensação de que se Dorinha perdesse esse companheiro fixo ela deixaria de existir enquanto ser sexuado.

Mas há ainda quem atribua como causa principal do assassinato de Paulo Sérgio um fator puramente biológico "Dorinha esta na menopausa". É o que diz o jornalista Marcelo Oikawa em seu artigo publicado no dia 6 de outubro no **Jornal do Brasil**. O que em outras palavras significa: "A mulher como todos os animais irracionais, sofre mudanças comportamentais de acordo com suas mutações biológicas, que são basicamente três: época menstrual, época de gravidez e época de menopausa".

É, não temos escapatória, ou somos tratadas como objetos sexuais ou somos tratadas como animais irracionais.

O importante nesse caso todo é tomar cuidado de não se reivindicar para a mulher o assassinato em "legítima defesa da honra", o que abriria precedentes tão sérios quanto os que abriu o caso Doca Street. O caso é de assassinato e deve ser tratado como tal, o importante agora é estar atentos para ver se o comportamento da justiça é o mesmo quando o réu é uma mulher.

PREV-SAÚDE

Prevenir para governar

Sem consultar as mulheres brasileiras sobre o que deve ser um "planejamento familiar", o governo dedicou um capítulo ao assunto no Prev-Saúde. Não fala em garantias de alimentação à população de baixa renda, estabelece uma censura prévia nos métodos de contracepção a serem adotados, fixa o papel da mulher como mera reprodutora, omite a questão do aborto e chuta para escanteio o direito ao livre exercício da sexualidade feminina.

Por Elizabeth Lobo e Thais de Souza

O governo brasileiro parece ter descoberto o planejamento familiar. Disfarçado ele existe desde 1965. Agora aparece mais nítido no controvertido PREV-SAÚDE, ainda que envolto nos véus de uma pretensa "livre escolha" dos casais.

Mas a questão não é nova como indica o resumo das políticas demográficas do governo brasileiro e de suas consequências entre aquelas que sendo as principais interessadas, como de hábito nem sequer foram consultadas.

A Produção dos Homens

Os países capitalistas avançados se preocupam com a questão do controle da natalidade desde a década de 50. No entanto, o governo brasileiro só começará a se preocupar efetivamente com esta questão na década de 70. Alguns acontecimentos marcantes deste período ilustram com clareza a tomada de posição do Brasil.

Em 1974, Ano Internacional da População, realizou-se o Congresso de Bucareste. Nele predominou a tese da necessidade de aplicação de programas de controle da natalidade. O ano seguinte, 1975, foi decretado o Ano Internacional da Mulher, peça fundamental de qualquer programa de controle da natalidade. Uma das reivindicações do Congresso Oficial foi a escolarização das mulheres. Sabe-se que um dos maiores problemas para divulgação e

utilização de métodos contraceptivos (principalmente a pílula) é o analfabetismo.

1978 foi o Ano Internacional da Criança, alertando para a miséria em que vive grande parte da população infantil. Fechava-se então um ciclo que pretendia uma conclusão do tipo: os programas de controle da natalidade são necessários pois representam uma legítima aspiração das mulheres e evitarão que a pobreza se alastre no mundo.

Indústria de Pílulas

No Congresso de Bucareste a posição do Brasil foi contrária a qualquer política de controle da natalidade. Mas em 1977 a situação começa a mudar. Neste ano foi elaborado um programa de **Prevenção da Gravidez de Alto Risco**. Este visava prevenir os riscos da gravidez na população carente do país. Para tanto seriam utilizados métodos contraceptivos, inclusive a pílula. Este fato é bastante surpreendente. Uma mulher diabética, com problemas circulatórios ou desnutrida corre certos riscos na gravidez. Porém nestas mesmas condições o uso da pílula é tão ou mais perigoso que uma gestação. O programa demonstrava o descaso do governo com a saúde da mulher.

Enquanto isso, desde 1965, a BENFAM, financiada pela International Planned Parenthood Federation, distribuía pílulas para as mulheres do povo. Como instituição pretendia promover a educação, in-

formação e conscientização da comunidade visando a redução do número de filhos da chamada população carente. Na verdade ela induz a população a pensar que todos os males da comunidade (desde saúde até poluição) são causados pelo crescimento demográfico.

Oficialmente o governo brasileiro não mantém ligações com a BENFAM. No entanto ela atua com o apoio de algumas instituições governamentais (convênios com governos estaduais, prefeituras e órgãos federais) e de particulares (Universidades, organismos religiosos etc). Sua atuação é mais evidente no Nordeste, particularmente no Rio Grande do Norte. Apesar de desenvolver intensa propaganda e contar com o apoio de vários órgãos, a BENFAM é alvo de inúmeras críticas. Ela é acusada de distribuir pílulas indiscriminadamente, sem orientação e sem acompanhamento médico, causando danos à população feminina.

O Planejamento Familiar

Em 1980 surge novamente a questão do planejamento familiar, desta vez incluído no PREV-SAÚDE. Diz o texto: "O programa buscará contribuir para que a mulher ou o casal possam, de maneira consciente e responsável, planejar os filhos que desejam, sem interferências ou indução de qualquer espécie. Proporcionará informação ampla



Indignação

O purgante do general: negro quando não faz na entrada...

O general Coelho Neto deu o sinal verde para novas perseguições e discriminações raciais, ao afirmar, em pronunciamento solene, que o Movimento Negro Unificado, MNU, é uma entidade "subversiva".

Por Clóvis Moura (*)

Finalmente aconteceu: o general Coelho Neto, comandante da 4a. Divisão do Exército, em pronunciamento solene, com o qual procurou salvar as instituições nacionais, afirmou que o **Movimento Negro Unificado** é uma entidade subversiva. Com isto o ilustre militar vem apenas comprovar uma verdade histórica: no Brasil o negro não tem direito de se reunir, de se organizar e, especialmente, protestar contra os crimes de que é vítima.

Desde o tempo da escravidão que esta realidade dramática se repete. Não adiantam as demonstrações objetivas, as pesquisas científicas que provam a existência no Brasil de um odioso preconceito contra o negro. As elites de poder, para continuar na sua política de destruir a comunidade negra, prosseguem afirmando que o problema é artificialmente criado por alguns elementos que não sabem ser "bons brasileiros".

Com isto o general dá a entender que os componentes do **Movimento Negro Unificado** estão mentindo ao dizer que há preconceito e discriminação no Brasil; que os órgãos de repressão matam sistematicamente, quase diariamente, membros da comunidade negra, nas batidas, nas rondas, apenas por serem negros. E nessas batidas tudo é feito de acordo com as normas de uma "democracia racial" na qual todos se identificam apenas como brasileiros... E com isto o general dá respaldo, ao agredir e caluniar o MNU, àqueles assassinos contumazes que escrevem nas notas de um cruzeiro: "faça uma boa ação, mate um negro hoje".

Purgante Ideológico

Mas, o que o Negro poderia esperar, nesta altura do acontecimento? Que lhe fossem distribuídos bombons

e chocolates pelas elites de poder, especialmente pelo seu estamento militar? Que fossem tomadas medidas contra o que o Esquadrão da Morte pratica na baixada fluminense, executando negros indefesos, sem lhes dar sequer o direito de provar a sua inocência ou defender-se, se criminosos? Será que o general Coelho Neto não tem olhos para ver e mente para meditar sobre a situação de marginalização a que o Negro foi levado, em consequência de um processo secular de peneiramento social infame e que determinou a tragédia que se abate, atualmente, dia a dia, sobre ele? Ou será que sabe e acha que tudo está certo, de acordo com a filosofia do doutor Pangloss?

Não. Acho que já chegou a hora de se deixar de fazer piada de senhor de engenho com o negro. Não é mais possível, no momento em que o negro se organiza para reivindicar um mínimo do máximo que lhe é devido historicamente, surjam vozes como a do gal. Coelho Neto tentando impingir, pela guela (faminta) do povo brasileiro, o purgante ideológico da existência de uma "democracia racial". O purgante é forte demais e já se disse que remédio em doses excessivas pode matar o doente. Há a considerar, também, que a declaração partiu num momento em que, quase simultaneamente, em outra região do país, um representante das Forças Armadas, igualmente respeitável, o brigadeiro Rodolpho Barbalho, mandava apreender, em uma feira de livros, desde exemplares de *A Vida de Che Guevara* até obras de literatura infantil como *Pinóquio* e *Peter Pan*. Sinais dos tempos. O negro, no Brasil sempre foi a **caixa de pancada** da nossa sociedade e, na guerra do Paraguai, quando o filho de um senhor de engenho era convocado para ir lutar, mandava-se, no seu lugar, um negro que assim salvava o "patriotismo" da classe senhorial em decomposição.



Mais de três, era Quilombo

Sempre a mesma coisa: o Negro servindo de anteparo para salvar os privilégios. E, da mesma forma como se dizia, antes, que o senhor de escravos era bom e generoso, diz-se, atualmente, que a **democracia racial** existente no Brasil contempla, igualmente, a brancos e negros e se os segundos estão no degrau social em que estão a culpa é apenas deles. Depois deste argumento até apresentar-se a tese da inferioridade biológica do negro, como causa da sua inferiorização, a distância é muito pouca. É quase nenhuma. Ou melhor: está implicitamente dita.

Atualmente há, de fato, um movimento do negro brasileiro que procura defender-se biológica, social e politicamente de uma sociedade elitista, preconceituosa, racista, que sempre o colocou no **seu devido lugar**, ou seja, numa posição subalterna para dizer "sim" aos privilegiados de hoje como o faziam no tempo da escravidão. Isto incomoda. Incomoda porque, desde o Brasil-Colônia o negro não podia se reunir: mais de três negros reunidos era considerado quilombo. E, por isto mesmo a reunião podia ser dissolvida a ferro e fogo. Com a Frente Negra foi a mesma coisa: o maior movimento organizacional do Negro brasileiro foi dissolvido violentamente pelo senhor Getúlio Vargas em 1937. Agora, quando o negro procura fugir ao paternalismo, à categoria de segmento servil, obediente (e espoliado) da nossa sociedade erguem-se vozes para dizer que o que há é uma encenação artificial num país em que tudo vai muito bem no melhor dos mundos possíveis.

Campanha com Maluf

Repito: sinal dos tempos. Num momento em que até

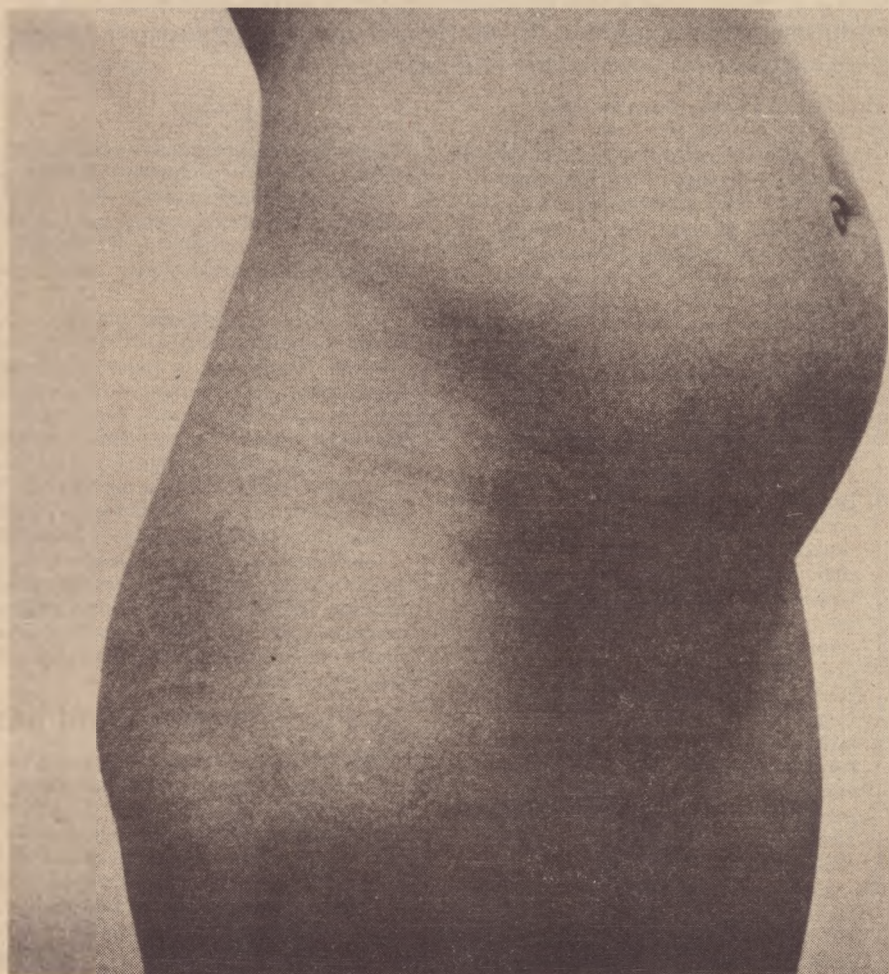
membros da Igreja Católica são atingidos pela escalada da direita neo-fascista em curso, o que se esperar em relação ao negro organizado? O negro marginalizado já tem a ROTA e outros organismos da repressão. Ao negro que se organiza para impedir essa marginalização acena-se, já, com a Lei de Segurança Nacional.

O pior de tudo isto é que olhamos ao nosso redor e nos sentimos como perdidos numa ilha em que tudo se explica, em que tudo pode ser aceito, em que a opinião, a decência, a honestidade, deixaram de ser virtudes para se transformarem em defeitos passíveis de cárceres legais ou ilegais.

Quando juristas como Dalmo Dalari são sequestrados e espancados, quando governadores, membros do próprio sistema são praticamente cassados, quando a própria hierarquia católica se vê atingida, quando deputados se acomodam ou silenciam o que se esperar em relação ao Negro? Que sejam os seus membros recebidos no palácio dos Bandeirantes pelo governador Maluf para, com ele, beber champanha francesa? Seria um sonho feliniano... O que o negro no momento deve fazer, depois da denúncia pública do general Coelho Neto contra o seu órgão mais representativo é preparar-se para novas agressões, novas perseguições e novas provas de discriminação racial. Porque o sinal verde já foi dado pelo general.

(*) Clóvis Moura é escritor, autor de *Rebelião na Senzala*, *O Negro de bom escravo a mau cidadão*, *Preconceito de cor na literatura de cordel*, *Presidente da União Brasileira de Escritores*.

Mulheres no Prev-Saúde



sobre métodos naturais de contracepção e informação seletiva sobre os métodos artificiais, alertando para seus perigos e consequências".

O trecho mostra o quanto há de contradição entre a teoria e a prática governamental. Como o governo pode "contribuir" para a conscientização das mulheres se não as consulta na elaboração de um programa que as toca tão fundo? É evidente que o programa tem um caráter autoritário e responde a interesses diversos daqueles das mulheres.

Como a distribuição de alimentos e em última instância a repartição da renda não se coloca no regime capitalista o governo resolve o problema social controlando os nascimentos.

Outras questões que se coloca é a da divulgação "seletiva" de métodos contraceptivos artificiais. Fica mais uma vez demonstrado o caráter autoritário do governo ao tomar para si a função de decidir o que é ou não "saudável" para as mulheres, fazendo uma seleção prévia das informações. Com que interesse?...

No documento nota-se a despreocupação com a saúde da mulher como um ser inteiro. O interesse pela mulher só se dá quando ela está exercendo sua "função máxima": a da reprodução. Não se fala em atendimento ginecológico, mas sim em "pré-natal". Isto não chega a causar espanto pois são muitos raros os centros de saúde que possuem médicos e aparelhagem própria para o atendimento à mulher.

O programa visa permitir que o casal planeje os filhos que deseja sem interferências: será que o governo pretende ajudar efetivamente as famílias que queiram, por

motivos pessoais, religiosos ou outros terem quantos filhos desejam?

O documento nos leva a pensar que a questão do "Planejamento Familiar" está sendo pensada só a nível de planejamento pois não propõe nenhuma medida prática para permitir que a população escolha não ter ou ter filhos em boas condições de saúde.

Outro esquecimento significativo do PREV-SAÚDE é a questão do aborto. Há mulheres que chegam a fazer mais de 20 abortos por falta de conhecimento de outros métodos. O que tem o PREV-SAÚDE a dizer sobre isso?

O Direito de Escolha

Para as mulheres, a "vocalização de ser mãe", o desconhecimento do próprio corpo e a ignorância sobre a utilização de métodos contraceptivos são graves entraves para o exercício livre da sexualidade, desvinculada da reprodução. O medo dos filhos indesejados levou as mulheres a odiar sexo e a reprimir sua sexualidade, exclusivamente para a reprodução.

Contra esta situação elas reivindicam o direito de escolher livremente se querem, quantos querem e quando querem seus filhos. O exercício deste direito de escolha implica no conhecimento de todos os métodos contraceptivos que, se utilizados devem ter acompanhamento médico. Implica também em possibilidades concretas de decidir ter os filhos em boas condições de saúde e sociais. Ou seja, é preciso que existam creches e toda sorte de serviços que permitam à mulher continuar participando das atividades sociais e profissionais após o nascimento dos filhos.

Estudantes vão às urnas

Nos dias 12 e 13 próximos os estudantes brasileiros estarão elegendo a nova diretoria da sua entidade máxima. Saiba aqui as cinco propostas diferentes que concorrem à UNE.

Há apenas sete dias das eleições para a União Nacional dos Estudantes - UNE - o ambiente das universidades contraria as expectativas mais otimistas que apareceram durante o recém encerrado 32º Congresso da entidade, que afirmavam que seriam conseguidos 1 milhão de votos durante estas eleições.

Ao que tudo indica estas previsões não passam de otimismo exagerado pois a realidade das escolas é bastante diferente. O período de final de aulas já predomina e as preocupações estudantis se concentram cada vez mais nas provas finais. Contraditoriamente, inclusive, a própria greve nacional dos docentes contribuirá para este quadro.

Para Eduardo Albuquerque - candidato da chapa **Nosso Tempo** - "a resposta a esta situação tem que ser encontrada no próprio Congresso de Piracicaba

onde a expectativa do conjunto dos estudantes que era de avançar nas lutas educacionais e políticas foi frustrada. As deliberações aprovadas ficaram aquém das necessidades colocadas pelo movimento. Só para darmos um exemplo: o que o movimento estudantil precisa hoje é de um eixo claro de intervenção na sua principal luta que é contra a implantação do ensino pago. Entretanto, neste ponto o Congresso não deliberou nada, adiando a decisão para o próximo Conselho Nacional de Entidades de Base - CONEB. Nesse sentido podemos avaliar que, da mesma forma que o Congresso não correspondeu aos avanços que o movimento conseguiu neste ano, também a participação nas eleições deixarão a desejar".

Já para Marcelo Barbieri - atual vice-presidente da UNE e candidato pela chapa **Viração** - "o Congresso representou uma combatividade e uma disposição de

luta muito grande dos estudantes e neste sentido foi uma vitória. Portanto, podemos esperar uma boa participação nestas eleições. O que lamentamos é algumas chapas não considerarem o 32º Congresso como uma vitória. Por outro lado, é natural que as eleições só peguem fogo realmente nos últimos dias de campanha". Mas não é só com relação à avaliação do Congresso de Piracicaba que as divergências entre as cinco chapas se acentuam (ver quadro abaixo).

Por outro lado, na questão partidária existem três chapas (**Nosso Tempo**, **Voz Ativa** e **Mobilização Estudantil**) cujos membros participam do Partido dos Trabalhadores - PT - o que lhes dá uma certa identidade política. No entanto, no encontro dos militantes estudantis do PT, realizado durante o 32º Congresso, três posições divergentes se manifestaram. Lá **Voz Ativa** se posicionou contra qualquer

articulação dos estudantes do PT, enquanto **Mobilização Estudantil** propunha simplesmente a formação de uma chapa do PT, sem respeitar a dinâmica de construção do partido na universidade. Se contrapondo a estas duas visões **Nosso Tempo** defendia a construção de uma Corrente Estudantil do PT formada com os Núcleos do Partido nas escolas, apontando para a elaboração do programa do PT para a educação. Estas divergências impediram a formação de uma chapa única e, neste sentido, nenhuma delas pode ser identificada como sendo a do Partido dos Trabalhadores.

Contribuindo para esclarecer as semelhanças e diferenças entre as diversas chapas **EM TEMPO** realiza a seguir um resumo das propostas apresentadas, destacando seus pontos principais.

Quem é quem nas eleições da UNE - 1980

	Democracia na universidade	Sociedade	Lutas educacionais	Sôbre o 32º Congresso
Nosso Tempo	<ul style="list-style-type: none"> - Luta imediata pela conquista de 1/3 de representação nos órgãos colegiados e pela construção de Comissões Paritárias. - Eleições diretas para reitores e diretores, com a apresentação de programas pelos candidatos. - Realização de um Seminário Especial da UNE para discutir este ponto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, sem Figueiredo e sem conciliação, que aponte para um Governo dos Trabalhadores. - Apoio à organização independente dos trabalhadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nas escolas particulares: contra o lucro na educação; congelamento das anuidades, com a abertura dos livros e controle pela comunidade universitária; federalização imediata das escolas falidas. - Nas escolas públicas: contra os cortes orçamentários; pela imediata suplementação de verbas. - 12% do orçamento para a educação. - Caso o MEC não atenda às reivindicações, preparar a greve geral nacional por tempo indeterminado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Como palco democrático de discussões, como instância máxima de nossa entidade deixou muito a desejar. Pobre nas discussões. Frágil nas orientações definidas para o movimento estudantil. Não definiu praticamente nada. Para as nossas lutas, tudo foi adiado. Muita coisa precisa ser mudada no movimento estudantil, para que o Congresso da UNE não venha a se transformar num simples parlamento de discursos e nenhuma ação.
Viração	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir 1/5 e levantar a bandeira do 1/3 de representação nos órgãos colegiados. - eleições diretas para todos os cargos, como foi na PUC de São Paulo. - participação da UNE no Conselho Federal de Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte por um governo de unidade popular. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nas escolas particulares: nada além dos 35% de aumento; subsídios para as escolas não lucrativas; por apenas um aumento anual; boicote ao repasse. - 12% do orçamento para educação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Foi a maior vitória de toda a história da UNE porque demonstrou a combatividade e disposição de luta de todo o estudantado brasileiro. As resoluções deram um basta à crise da educação.
Mobilização Estudantil	<ul style="list-style-type: none"> - São contrários à luta pela democratização da universidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Constituinte sem João, sem PP, nem PMDB, após a queda da ditadura. - Solidariedade ativa às mobilizações dos trabalhadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nas escolas particulares: contra os repasses e os aumentos; boicote às mensalidades; federalização das escolas falidas. - Nas escolas públicas: imediata suplementação de verbas. - 12% do orçamento para a educação - Greve Nacional pelo atendimento das reivindicações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ao mesmo tempo que significou o reconhecimento da UNE por parte dos estudantes, evidenciou a contradição entre as necessidades do movimento estudantil e a política da maioria de suas direções, na medida em que predominaram as propostas feitas pelas correntes imobilistas.
Voz Ativa	<ul style="list-style-type: none"> - Eleição direta para todos os cargos de direção das Escolas. - Colocar na ordem do dia a exigência de 1/3 de representação nos órgãos colegiados, lutando desde já pelo mínimo de 1/5. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assembléia Constituinte convocada por um governo representativo do povo e dos trabalhadores. - Luta contra todas as leis de exceção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nas escolas particulares: luta contra o repasse; subsídio para as escolas sem fins lucrativos e aceitar somente um aumento por ano. - Nas escolas públicas: suplementação de verbas; - 12% do orçamento para a educação. - Realizar o IIº Seminário sobre a universidade para discutir e estudar a situação do ensino no país. 	<ul style="list-style-type: none"> - Foi uma grande vitória porque foram determinados novos caminhos para as lutas.
Unidade	<ul style="list-style-type: none"> - Propõe apoio ao projeto do deputado Roberto Freire que prevê eleições diretas para todos os cargos de direção. - luta pelo imediato preenchimento da representação estudantil igual a 1/5 nos órgãos colegiados, levantando a bandeira do 1/3. 	<ul style="list-style-type: none"> - Luta pela Constituinte (obs. da redação - os autores da proposta não explicitam quem convoca) - apoio aos setores democráticos da sociedade brasileira. - luta pela democratização da vida nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nas escolas particulares: contra os aumentos abusivos; subsídios para as escolas em dificuldades financeiras. - Nas escolas públicas: 10 milhões de suplementação pelo MEC (déficit oficialmente reconhecido). - 12% do orçamento para a educação. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Congresso não alcançou a unidade necessária, reflexo disso é o lançamento de cinco chapas para a diretoria da UNE.

Obs: Somente o resumo feito da chapa **Viração** é que não foi retirado a partir da sua carta programa, pois esta ainda não estava pronta até o fechamento desta edição. Sendo assim, este resumo foi extraído de uma entrevista com um dos principais articuladores da chapa: Marcelo Barbieri